



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

31 de julho e 1, 2 e 3
de agosto de 1986
Rio de Janeiro (RJ)
Ginásio do Maracanãzinho



VERSÃO PARA IMPRIMIR

- CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS
- SOBRE A NOVA ESTRUTURA SINDICAL
- SOBRE OS ESTATUTOS DA CUT
- EXECUTIVA E DIREÇÃO NACIONAL
- MOÇÕES
- DADOS ESTATÍSTICOS DO CONGRESSO



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

31 de julho e 1, 2 e 3 de agosto de 1986
Rio de Janeiro (RJ) – Ginásio do Maracanãzinho

CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS

1- Manifesto do 2º Congresso da CUT aos trabalhadores brasileiros

É grave a situação dos trabalhadores brasileiros.

Um terço das famílias brasileiras ganha menos que um salário mínimo; 12 milhões de crianças se encontram desnutridas; milhões de lavradores expulsos da terra vagueiam pelo país e se acumulam nas periferias das cidades. É um absurdo: de um lado, recursos naturais e terras sem cultivo em abundância nas mãos de poucos, e de outro lado, milhões passando fome.

Nas fábricas, as condições de trabalho são desumanas: 347 acidentes de trabalho por hora e 13 mortes por dia.

A repressão policial contra os trabalhadores aumenta a cada dia. Os acontecimentos de Leme, quando cortadores de cana foram violentamente espancados e dois jovens brutalmente assassinados pela polícia militar, atestam tal violência. Além disso, 160 trabalhadores rurais foram assassinados só neste ano, sem que um único mandante tenha sido responsabilizado e punido. A repressão patronal também procura destruir as organizações dos trabalhadores: dirigentes sindicais e membros de comissões de fábrica são constantemente perseguidos e demitidos.

Não bastassem os baixos salários, o governo ainda manipula os índices de inflação, desconsiderando o recente aumento da gasolina. Permite a sangria de bilhões de dólares, que são remetidos aos bancos estrangeiros, e fecha os olhos para a especulação dos empresários que escondem os produtos dos supermercados – carne, leite etc.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

O governo acaba de lançar uma nova lei de greve que, na prática, mantém a proibição ao livre exercício da greve, tentando arrancar dos trabalhadores a nossa arma mais eficaz para quebrar a intransigência e a ganância patronal. A CUT reafirma que só existirá democracia com o direito irrestrito de greve.

É preciso dar um basta em tudo isso.

O 2º Congresso da CUT é categórico: repudiamos a situação de miséria e exploração da classe trabalhadora e renovamos o apoio a todos os movimentos, lutas, greves dos trabalhadores da cidade e do campo, por melhores condições de vida e de trabalho, por terra e liberdade.

O 2º Congresso da CUT conclama os trabalhadores da cidade e do campo a uma ampla mobilização unitária, uma campanha nacional de lutas, com as seguintes bandeiras:

- *Terra, salário, emprego e liberdade*
- *Direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindical*
- *Não-pagamento da dívida externa*
- *Participação popular na Constituinte.*

Uma campanha que unifique as nossas forças para conquistar a terra que os trabalhadores necessitam; pôr fim aos miseráveis salários e às demissões; para garantir a liberdade e autonomia sindical. Uma campanha que diga não à hipocrisia de um congelamento de salários e preços. Uma campanha que denuncie o caráter antidemocrático e não soberano do Congresso Constituinte, e, ao mesmo tempo, mobilize e organize os trabalhadores em torno de suas reivindicações históricas; uma campanha que faça os trabalhadores apoiarem somente candidatos efetivamente comprometidos com seus interesses de classe.

O governo da Nova República e os patrões estão tentando acabar com o nosso direito de reivindicar. Dizem que a violência no campo é a ocupação de terra. Declaram as greves ilegais. Perseguem os sindicalistas, lideranças dos trabalhadores e atacam a CUT.

Para os trabalhadores, ilegal é a fome; ilegal é a grilagem de terras; ilegal é que tantos brasileiros não tenham como sobreviver enquanto uns poucos se apropriam das riquezas nacionais. Ilegal é a exploração do



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

país pelos banqueiros internacionais.

Os trabalhadores dizem basta a essa ilegalidade, que protege a exploração dos assassinos dos trabalhadores e os ladrões de colarinho branco.

Só a luta unitária e organizada da classe trabalhadora pode modificar esse estado de coisas.

A democracia que queremos é a democracia sem miséria, é a democracia de terra e trabalho para todos, a democracia de uma sociedade igualitária, sem explorados e exploradores. Uma sociedade socialista.

Os latifundiários declararam guerra à reforma agrária e aos lavradores. Os empresários declararam guerra aos trabalhadores da cidade. A CUT reafirma: nossa resposta é a mobilização, a unificação das campanhas salariais numa ampla campanha nacional de luta. Os delegados deste 2º Congresso Nacional da CUT conclamamos os trabalhadores brasileiros, da cidade e do campo, para arregaçar as mangas e organizar um Dia Nacional de Luta, para 23 de outubro próximo, que expresse a nossa força e disposição de luta.

Terra, salário, emprego e liberdade!

Direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindical!

Pelo não-pagamento da dívida externa!

Garantia de participação popular na Constituinte!

Todos ao 23 de outubro, Dia Nacional de Luta!

2 – O compromisso histórico da CUT: impulsionar a luta sindical dos trabalhadores, na perspectiva de construir uma sociedade socialista

O país convive nos últimos anos com a mais grave, profunda e prolongada crise econômica de sua história recente. E em nenhum outro momento de sua história, a fome, o desemprego e a miséria abateram de forma tão violenta a classe trabalhadora, como nestes tempos recentes.

Essa situação de crise econômica prolongada aprofundou algumas tendências estruturais da sociedade brasileira, onde a principal característica é a contradição entre a situação e os indicadores econômicos do país



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

e o estado de miséria da população.

De um lado, o Brasil possui oitavo PIB (Produto Interno Bruto) da economia capitalista internacional e cresceu a uma taxa média de 7% ao ano nos últimos 40 anos. A indústria vem sustentando uma taxa média anual de crescimento de 9% no mesmo período, se modernizou, diversificou-se, é extremamente competitiva e desenvolveu setores estratégicos como a informática, aeronáutica e produção de bens de capital, entre outros.

De outro lado, todo esse crescimento econômico acelerado e desenvolvimento das forças produtivas não assegurou à classe trabalhadora melhorias nas condições de vida e de trabalho:

a) Os salários foram permanentemente archoados em relação à impressionante evolução da produtividade, excluindo os trabalhadores da participação na riqueza social que produzem. Hoje um terço das famílias brasileiras se encontram em estado de miséria absoluta, recebendo uma renda familiar inferior a um salário mínimo. Sendo que 65% das famílias recebem renda mensal de até dois salários mínimos quando pelos cálculos do DIEESE apenas um trabalhador, pela sua necessidade alimentícia individual, gastaria 75% de um salário mínimo;

b) A fome e a desnutrição atingem a ampla maioria da população. Cerca de 12 milhões de crianças, com até 7 anos, estão em estado de desnutrição e 13,4 milhões de brasileiros adultos se alimentam com menos de 1.600 calorias/dia, o mínimo necessário para um indivíduo sobreviver, desde que não faça qualquer tipo de exercício (dados da FAO, organismo da ONU).

c) A concentração da propriedade da terra e a expulsão dos trabalhadores do campo levaram a um crescimento de dez vezes da população urbana nestes últimos 40 anos. Os trabalhadores continuam sendo expulsos do campo e jogados nas periferias das grandes cidades em condições de vida extremamente precárias e enfrentando um quadro de desemprego permanente que atinge cerca de 11 milhões de trabalhadores;

d) O Estado foi privatizando e se desobrigando de forma crescente em relação aos bens e serviços públicos essenciais, como a saúde, a educação, o saneamento, a habitação e os transportes urbanos. Com



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

relação à previdência, o governo não cumpre a sua parte no financiamento, não cobra, efetivamente, a dívida das empresas estatais e privadas, além de discriminar os trabalhadores urbanos dos rurais.

Várias epidemias e endemias, como a dengue, a malária, a febre amarela, a sífilis, a meningite estão se espalhando de forma assustadora. No setor da educação há 7,5 milhões de crianças em idade escolar que estão fora da escola e 28 milhões de adultos que são analfabetos segundo os dados oficiais otimistas do MEC.

e) O capitalismo no Brasil, além de concentrar a riqueza e a propriedade e impor à classe trabalhadora este estado de miséria, reforçou os laços de dependência econômica, financeira e tecnológica do país. As grandes empresas transnacionais controlam todos os setores mais importantes da economia e o país possui a maior dívida externa do Terceiro Mundo.

A CUT repudia essa situação de exploração e miséria imposta à classe trabalhadora e tem como compromisso a defesa de interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Portanto, a CUT tem como preocupação política permanente a articulação das lutas em defesa de melhores condições de vida e trabalho, com as transformações de fundo da sociedade brasileira, em direção à democracia e ao socialismo.

A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora.

A CUT, enquanto central sindical, é parte integrante deste processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado. A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade *socialista*, mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua autonomia em relação ao poder de Estado e aos próprios partidos.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





A alternativa dos trabalhadores

A alternativa dos trabalhadores para a sociedade é o socialismo. Enquanto a burguesia procura canalizar para si e para dentro do seu sistema econômico o conjunto das reivindicações e propostas dos trabalhadores, nós sabemos que as

“soluções” que apresenta só têm o sentido de reforçar a exploração e a dominação de classe. Por esta razão, as soluções que propomos têm o sentido de fazer avançar a consciência dos trabalhadores nas suas próprias forças e no seu projeto social. Em cada luta e nos momentos de enfrentamento mais geral, procuramos confrontar as exigências dos trabalhadores com os limites políticos da democracia burguesa e os limites políticos do capitalismo.

Devemos assinalar em cada greve a derrubada da lei antigreve; em cada luta e mobilização o exercício de uma democracia que vai além do permitido pelas leis e pela polícia da Nova República.

Às reivindicações atuais de salário e emprego, ligamos as propostas de mudança mais geral, como a negação ao pagamento da dívida externa e a reforma agrária radical, pois elas dão a dimensão das transformações que nossas reivindicações exigem. Nosso objetivo, portanto, é manter e aprofundar os rumos em que vinha se desenvolvendo o movimento operário e sindical antes do pacote, isto é, o de conseguir apresentar suas propostas em conjunto, formando um todo alternativo à política das classes dominantes e o de cada vez mais ter uma *prática política de classe* (e não corporativista e economicista). Assim é preciso retomar as lutas, vinculando-as ao crescimento político e organizativo do movimento, criando condições para que uma nova conjuntura de mobilizações e de confronto de projetos de classes seja estabelecida, coincidindo com o momento do processo constituinte, um período que abre um espaço do debate na sociedade que pode e deve ser marcado por este confronto de projetos e práticas de classe.

A CUT deve promover encontros e debates sobre o tema “*Democracia e Socialismo*” e elaborar documentos para discussão.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



3 – Campanha Nacional de Lutas/1986

A) – Justificativa da Campanha

• O ano de 1985 abrigou o maior volume de greves da história recente do país, cerca de 900 greves e 7 milhões de grevistas. O balanço de 1985 revela:

- *Uma tendência ao ascenso das lutas:*
- Uma tendência à unificação das lutas, com um salto de qualidade nas principais campanhas salariais;
- *Uma ofensiva da classe trabalhadora no plano sindical*, que permitiu a conquista de novas reivindicações: reposição das perdas, trimestral, redução da jornada de trabalho, além do avanço organizativo e fortalecimento da luta dos trabalhadores do campo. Este balanço extremamente favorável ao movimento sindical se deve fundamentalmente ao papel político da CUT, especialmente à estratégia política definida no 1º Concut para a Campanha Nacional de Lutas/1985. Esta campanha contribuiu para a definição de bandeiras comuns e garantiu a possibilidade de unificação das principais campanhas salariais do ano.

O pacote econômico do governo representou um verdadeiro golpe contra a classe trabalhadora e o movimento sindical. De um lado, porque impôs um profundo confisco salarial e de outro, porque seu impacto político quebrou temporariamente a tendência ao ascenso e à unificação das lutas, na tentativa de conter novas conquistas.

A primeira fase de impacto político terminou. O congelamento de preços está sendo “quebrado” pelas empresas de diversas formas: retirada dos produtos, queda da qualidade, novos lançamentos. Além do profundo descontentamento da população com o confisco salarial. O pacote está em sua segunda fase, quando o governo novamente, utilizando o decreto-lei, impõe um novo pacote, buscando recursos para tapar os buracos da dívida pública e promover os ajustes necessários para garantir a continuidade do pacote pelo menos até 15 de novembro de 1986, como subsídios ao leite, redução do ICM para empresários que pressionam pelo descongelamento de preços ou se recusam a colocar as mercadorias no mercado.

Novamente, o povo brasileiro é sacrificado. Os recursos para o plano de metas do governo saíram da venda de ações das empresas estatais e do “empréstimo compulsório”, um verdadeiro imposto sobre as



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

vendas de carros, álcool e gasolina. Mas os juros da dívida externa que alcançam a cifra escandalosa de 15 bilhões de dólares anuais continuam intocados. Só os juros da dívida poderiam cobrir todo o plano de metas do governo.

Além de sofrer com a cobrança de ágio e a falta de mercadorias, os trabalhadores sofrem com novo arrocho com a não inclusão no IPC do aumento nos casos, gasolina e álcool, que corresponde a um confisco de 3,15%.

Este segundo semestre deve apresentar uma conjuntura econômica e política mais favorável à retomada das lutas e ao avanço do movimento sindical. De um lado, em função das características desta segunda fase do Plano Cruzado, de ajustes econômicos e desgaste crescente do governo com vários setores da sociedade. E de outro, porque novembro é um mês de eleições extremamente importantes, o que pode limitar e inibir a repressão patronal e governamental.

A CUT por ter se consolidado, se transformado em uma importante referência de massas e por ter sido direção política das lutas sindicais recentes, poderá assumir o papel de organizar uma resposta da classe trabalhadora, ampla e classista, ao congelamento de salários e à política econômica antioperária da “Nova República”. Esta perspectiva política é de fundamental importância, inclusive para garantir melhores condições para as lutas e a participação da classe trabalhadora na Constituinte.

Diante desse quadro, a CUT encaminha a Campanha Nacional de Lutas/86, que deverá assumir um papel central das lutas sindicais no próximo período e contar com a participação ativa de todos os sindicatos filiados e demais instâncias da CUT, como tarefa política absolutamente prioritária.

Proposta

A Campanha Nacional de Lutas deve ser o grande instrumento de unificação das lutas no próximo período, porque permite a unificação das principais bandeiras do movimento e de outro cria as condições



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

concretas para a unificação das campanhas salariais e lutas sindicais em andamento.

B) – Objetivos da campanha

- Viabilizar uma resposta da CUT, classista e de massa, ao pacote econômico do governo, quebrando o confisco e o congelamento dos salários e enfrentando a política econômica antioperária da “Nova República”,
- Criar condições políticas mais favoráveis para a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora na Constituinte;
- Fortalecer a CUT e transformar sua capacidade de direção política e de referência de massas em luta concreta;
- Construir a unidade de ação, de todos os sindicatos que possam ser envolvidos, desde que assegurados os princípios de classe;
- Fortalecer as formas de organização de base, comissões e grupos de fábrica, definindo, inclusive, uma política para combater a política de cassação de militantes e dirigentes sindicais nas empresas e defender a liberdade de organização;
- Superar o caráter defensivo, em relação ao pacote, e avançar nas reivindicações e conquistas;
- Incluir a divulgação mensal dos índices de inflação;
- Desenvolver uma estratégia de campanha que evite o isolamento político, que tem sido largamente utilizado pelos patrões e pelo governo, articulando a campanha com o movimento popular, partidos políticos e procurando garantir o apoio político efetivo da opinião pública;
- Promover e estimular, através da CNL/86, a unificação das campanhas salariais e lutas sindicais em andamento.
- Unir a luta dos trabalhadores da cidade e do campo, em particular neste momento diante da farda da reforma agrária da Nova República, pela efetiva realização da reforma agrária exigindo a punição aos responsáveis pelos assassinatos de trabalhadores do campo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

C) – Pauta

• Considerando que a luta contra o confisco salarial imposto pelo pacote e a questão do desemprego (que deverá atingir duramente algumas categorias) deverão ser as principais reivindicações do movimento sindical no novo período;

• Considerando que a experiência da Campanha Nacional de Lutas demonstrou que a possibilidade de unificação do movimento depende da escolha de algumas bandeiras de luta prioritárias e que realmente reflitam os interesses da classe trabalhadora;

• Considerando ainda que a Campanha Nacional de Lutas tende a ser o grande canal para onde poderão convergir todas as lutas localizadas e o enfrentamento político contra o pacote do governo, fica definida a seguinte pauta para a CNL, que poderá ser modificada pela Direção Nacional da CUT a partir da evolução da conjuntura e das lutas sindicais no próximo período:

“Salário, emprego e liberdade para todos.

Terra para quem nela trabalha.”

Como eixo das lutas:

Salário:

1. Recuperação das perdas salariais e aumento real dos salários;
2. Salário mínimo real definido pelo DIEESE;
3. Exigir o real congelamento dos preços e o abastecimento;
4. Reajuste automático mensal dos salários – (segundo o índice do DIEESE).

Emprego:

1. Estabilidade no emprego; fim da mão-de-obra temporária;
2. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais;
3. Salário-desemprego real para todos;



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

Liberdade:

1. Liberdade e autonomia sindical
2. Aprovação da Convenção 87 da OIT
3. Participação popular na Constituinte.

Terra:

1. reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
2. Punição dos assassinos dos trabalhadores rurais;

Não-pagamento da dívida externa, participação popular na Constituinte..

D) – Unidade de Ação: A participação dos sindicatos não-filiados à CUT

- As experiências de luta de 1985 e a conjuntura atual revelam que é extremamente importante para a CUT encaminhar esta campanha e as campanhas salariais na perspectiva de assegurar uma *Unidade de Ação*, ou seja, procurar garantir a participação efetiva na luta de todos os sindicatos possíveis, incluindo os que não são filiados à CUT;

- *A Unidade de Ação na Luta é indissociável dos princípios de classe*, portanto a autonomia do movimento, a perspectiva classista, o fortalecimento da CUT e das oposições sindicais, a democracia pela base são princípios que devem ser garantidos durante toda a campanha e definir o contexto da unidade de ação;

- *A CUT deve manter durante todo o processo sua unidade orgânica e autonomia;*

- As direções sindicais vacilantes e pelegas só deverão participar da CNL e das Campanhas Salariais Unificadas se houver efetivamente pressão política das bases. Neste sentido a CUT deve procurar mobilizar suas bases, avançar o trabalho de propaganda e agitação para propor uma articulação de Campanhas;

- A CUT deve manter um trabalho de imprensa independente nas Campanhas Salariais Unificadas, ainda que possam existir inúmeras iniciativas conjuntas. E principalmente a CUT deve procurar construir a unidade de luta pela base, com discussões, plenárias, piquetes e atos unitários, que fortalece a CUT e avança a luta sindical.



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

E) – Formas de mobilização e Greve Geral

- Apoio incondicional às lutas na cidade e no campo

Na cidade e no campo as lutas dos trabalhadores por melhores salários e terra crescem rapidamente, em resposta ao pacote do governo da Nova República, principalmente as greves.

Por outro lado cresce também a dureza dos patrões e do governo para com essas lutas. Por isso mesmo as greves são mais longas e duras.

Garantir a vitória de todas essas lutas, independentemente de quem as dirija, é fundamental para acumulação de forças rumo à Greve Geral.

Portanto, a nossa tarefa deve ser a de *apoio incondicional* a toda greve e luta dos trabalhadores contra os patrões e o governo.

Apoio incondicional, deve ser através da presença dos dirigentes da CUT nestas lutas, apoio material, fundo de greve etc., no sentido de garantir a vitória destas greves e lutas dos trabalhadores.

- A Campanha Nacional de Luta deve ser o grande instrumento de unificação das lutas sindicais. Seu principal papel político, neste momento, é permitir a unificação das Campanhas salariais;
- As Campanhas Salariais Unificadas, através das bandeiras da CNL, devem procurar articular o movimento popular. O movimento sindical vem se relacionando de forma muito imediata com o movimento popular. Isto tem gerado diversos tipos de problema, porque o movimento popular só é chamado a participar na última hora, nas eleições sindicais, ou apoio em piquetes e mobilizações sindicais. Esta campanha deve definir uma política de relacionamento com o movimento popular respeitando as particularidades de cada movimento.

Isto significa que algumas lutas e preocupações do movimento popular poderão estar incorporadas no planejamento da campanha;

- A CNL deve procurar definir um calendário de mobilização e lutas que articule a luta do campo com a cidade. A luta pela reforma agrária e contra a violência no campo deve passar e estar efetivamente contemplada nas lutas urbanas, nas campanhas salariais e nas diversas formas de mobilização da CNL;



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

• A Greve Geral é o principal instrumento de luta da classe trabalhadora na conjuntura histórica que se inicia. A Campanha Nacional de Lutas, ao permitir a imediata unificação das bandeiras de lutas e das campanhas salariais, estará dando um novo passo importante para a construção da Greve Geral. A CUT terá que preparar a deflagração de uma Greve Geral, especialmente diante do processo Constituinte e com o desgaste do pacote econômico. A Greve Geral não depende de uma data a ser marcada, mas da evolução concreta da conjuntura econômica e política e de todo o trabalho sindical e das greves em andamento que deverão encontrar na Campanha Nacional de Lutas o grande canal de unificação e avanço das lutas e de preparação da Greve Geral;

• A Direção Nacional da CUT deve definir um Plano Nacional de Propaganda e Agitação da CNL e um calendário de lutas, após discussão e consulta às bases;

• Dia Nacional de Lutas por terra, salário, emprego; liberdade e autonomia sindical; aprovação da Convenção 87 da OIT e pela participação popular na Constituinte, em fins de outubro ou início de novembro, para ser encaminhado pela Direção Nacional em conjunto com outras entidades.

4 – Campanha em defesa das empresas estatais, pela democratização da ação do Estado nestas empresas e pela estatização dos serviços básicos

A dívida externa brasileira está sendo estatizada, ou seja, o governo militar e agora a política econômica da “Nova República” estão promovendo um processo de transformação da dívida externa acumulada em dívida do Estado. Os dados oficiais já revelam que 79 bilhões de dólares, ou seja, cerca de 80% da dívida externa, já se transformaram em dívida pública. A dívida externa pública, somada à dívida interna pública (dívida do governo com capitalistas do país) atinge cerca de Cz\$ 1.107.000.000.000,00, 1 trilhão e 107 bilhões de cruzados.

A dívida pública é uma ameaça permanente a qualquer política de recuperação econômica e tem implicado em um agravamento da situação social do país.



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

A administração da dívida pública tem levado a cortes profundos nos investimentos públicos, em áreas estratégicas como energia, transporte, telecomunicações, além de prejuízos imensos às políticas sociais de saúde, educação, saneamento e habitação. A saúde pública está em uma situação caótica, vários programas de saúde preventiva foram abandonados e as conseqüências já se fazem sentir, agravadas pela situação de miséria e desnutrição que atinge uma ampla parcela da população. O sistema educacional do país sofreu um grande desgaste nos últimos anos, programas de pesquisa foram cortados, além da queda generalizada na qualidade do ensino e a manutenção dos elevados índices de analfabetismo.

De outro lado, a dívida pública crescente tem implicado aumentos generalizados de impostos, jogando sobre a população, especialmente a assalariada, o peso do pagamento da dívida. Por último, a “Nova República”, marcada por uma política econômica conservadora e continuísta, está encaminhando um plano de privatização das empresas estatais, entregando aos capitalistas privados ações de empresas que foram ou são patrimônio do povo, enquanto os capitalistas devolvem ao estado a dívida externa acumulada nos anos anteriores. Estatização da dívida externa e privatização de empresas estatais é uma das conseqüências diretas da política de pagamento da dívida externa e de submissão da política econômica às exigências dos banqueiros internacionais.

Paralelamente se trata de transformar a dívida externa em investimento direto (capital de risco). Isso significa a liquidação do que ainda resta de nacional na economia do país, inclusive alienação territorial.

Posicionamento político e recomendações:

a) – A CUT lutará contra a política de privatização das empresas estatais porque entende que estas empresas são um patrimônio do povo brasileiro, ainda que hoje elas estejam a serviço do capital e não dos interesses fundamentais dos trabalhadores, sendo que algumas destas empresas foram conquistas de amplos movimentos de massas como a campanha “O petróleo é nosso”, que levou à fundação da Petrobras.

Mas, ao mesmo tempo, exigirá a democratização da ação do Estado nestas empresas, com a participação



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

direta e democrática dos trabalhadores nos órgãos de decisão e uma orientação global das atividades do setor público da economia para os interesses sociais;

b) – A CUT denuncia a propaganda criminoso que o governo Sarney vem realizando em torno de políticas sociais que nunca se efetivaram, como a distribuição de leite gratuito para todas as famílias carentes, distribuição de remédios gratuitos, entre tantas outras. A CUT exige a ampliação dos gastos sociais e o controle dos trabalhadores na destinação desses recursos e qualidade dos serviços prestados, especialmente de programas nas áreas da saúde, educação, transporte, saneamento e habitação que são direitos básicos e fundamentais de todos os cidadãos e um dever do Estado;

c) – A CUT promoverá a articulação sindical dos funcionários públicos e trabalhadores em empresas estatais, para defenderem o direito à sindicalização, a defesa de seus salários e condições de trabalho e combater todas as formas de corrupção, mordomia, empreguismo promovidas pelo governo Sarney nas empresas estatais, através da luta pela democratização da ação do Estado;

d) – A CUT deverá promover campanhas pela estatização dos serviços de saúde, educação, transportes e demais serviços básicos.

e) – A CUT promoverá discussões, debates e fará uma cartilha explicativa da dívida externa, da dívida pública e da entrega do país ao capitalismo internacional.

5 – O combate da CUT ao pacote econômico e ao confisco de salários

a) – O pacote econômico do governo não é exclusividade do Brasil. Trata-se de tática do imperialismo e do FMI para auxiliar a nova forma de dominação que tem se implantado em países capitalistas dependentes em crise, como já acontece, de forma semelhante, em Israel, no Peru e na Argentina, por exemplo.

b) – O pacote econômico do governo promoveu uma reforma monetária na economia associada a um dos mais profundos confiscos salariais da história recente do país. Do ponto de vista das intenções e resultados políticos que o governo pretendeu atingir com o pacote, devem ser destacados:



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- assegurar condições políticas mais favoráveis para viabilizar a transição política conservadora, através da recomposição política da Aliança Democrática que estava ameaçada de implosão após a reforma ministerial de Sarney;
 - recuperar bases eleitorais para o governo, procurando neutralizar o grande crescimento eleitoral, apresentado em 1985, pelos partidos de oposição à esquerda da Aliança Democrática – PT e PDT;
 - quebrar o ascenso do movimento sindical e das lutas operárias, que vinham obtendo novas e importantes conquistas, através de uma política de isolamento das greves;
- c) – O objetivo estratégico do “plano cruzado” é promover uma maior estabilização do capital para gerar condições mínimas para promover um processo de modernização conservadora do capitalismo. No entanto, este pacote não enfrentou o impasse de fundo do capitalismo brasileiro, a dívida externa e a dívida pública, senão ao contrário, este pacote está totalmente subordinado ao pagamento da dívida externa e à administração da dívida pública.

O pacote promoveu um combate à inflação através do congelamento provisório dos preços e da desindexação da economia. A desindexação, que significou a retirada de diversos mecanismos de defesa da inflação, foi realizada de forma desigual e favoreceu basicamente o grande capital financeiro, industrial, comercial e agrário.

O grande capital foi favorecido de diversas formas. O capital financeiro manteve a taxa de juros livre e fora do congelamento, além de introduzir novas tarifas para os serviços bancários e descarregar sobre a categoria bancária o impacto da reforma, através de 80 mil demissões e fechamento de 500 agências. O sistema financeiro e bancário está atravessando um profundo processo de concentração e centralização do capital em favor dos grandes bancos. Na indústria, no comércio e agricultura as formas de defesa do capital, em relação ao congelamento, estão baseadas na redução dos custos, além de diversas formas de fraudes, como a queda na qualidade, lançamento de “novos” produtos, retirada de produtos no mercado etc... e favorecem as grandes empresas, que potencialmente possuem melhores condições para defenderem as margens de lucro, reduzindo os custos de produção.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

d) – A base do apoio político da classe dominante ao pacote está sobretudo no profundo confisco salarial. Os preços foram congelados pelo pico e os salários convertidos para cruzados pela média salarial dos últimos seis meses, que apresentaram os mais altos índices de inflação da história do país e portanto, a mais profunda corrosão dos salários. Aceitar este procedimento para cálculo dos salários seria aceitar que os salários tinham responsabilidade pela inflação passada, enquanto a sociedade sabe, que os trabalhadores eram quem mais perdia com a aceleração da inflação. Além disto, a fórmula de reajuste automático imposta pelo governo trará novas perdas salariais. O reajuste de apenas 60% do IPC na data-base é pior do que as leis de arrocho do governo militar, pois nem sequer garante a correção de acordo com a inflação do período. A escala móvel, a um nível de 20% imporá novas perdas salariais no futuro.

e) – O Brasil já pagou no passado um salário mínimo equivalente a 1.600 cruzados, sendo que a produção nacional cresceu mais de quatro vezes desde o período. Portanto, é absolutamente inaceitável o congelamento do salário mínimo a um nível de 804 cruzados, que representa a remuneração de um terço das famílias do país. Quanto ao seguro-desemprego, o pacote além de pagar níveis mínimos de salários por um curto período e exigir condições absurdas, alijou todos os que já estavam desempregados além dos trabalhadores do campo que não têm qualquer direito.

Posição política da CUT

a) – A CUT se posiciona contra o pacote econômico do governo, porque o congelamento dos preços feito pelo governo é falso e irreal, os salários foram arrochados. O congelamento que a CUT defende não é este do governo. É o que garante preços e abastecimento acessíveis à classe trabalhadora, principalmente dos gêneros de primeira necessidade.

b) – A CUT continuará lutando pelo salário mínimo real, que satisfaça as necessidades básicas da família trabalhadora e que seja equivalente aos cálculos promovidos pelo DIEESE. Quanto ao seguro-desemprego, a CUT exigirá sua extensão para todos os trabalhadores, além de níveis de remuneração mais elevados.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

c) – O governo não enfrentou e não pretende enfrentar o impasse de fundo do capitalismo, e sem que haja uma recomposição da capacidade de financiamento e o investimento do Estado não pode ocorrer uma recuperação econômica de forma estável e duradoura. A CUT lutará pela estatização do sistema financeiro e para que os investimentos e financiamentos públicos sejam canalizados para as áreas estratégicas de desenvolvimento econômico e social do país. A CUT exigirá o controle democrático do Congresso Nacional sobre a política de financiamento público e a participação dos trabalhadores no controle dos bancos e instituições financeiras públicas.

d) — A CUT impulsionará todas as formas de luta para combater as demissões, especialmente no setor bancário e as perdas salariais impostas pelo pacote.

6 – Campanha de denúncia dos crimes contra os direitos sindicais em defesa da liberdade de organização

A política autoritária e conservadora do governo da “Nova República” mantém todos os mecanismos básicos de repressão e controle sobre as entidades e o movimento sindical, além de estimular novos crimes contra os direitos sindicais e impedir a liberdade de organização da classe trabalhadora.

A lei n° 4.330 promulgada pela ditadura militar, que inviabilizava o direito da greve e permite ao governo e aos patrões o direito de repressão, não foi alterada.

A nova lei de greve enviada pelo governo ao Congresso Nacional nada altera de essencial, mantendo, na prática a proibição do livre exercício de greve.

A estrutura sindical fascista, corporativa, atrelada e controlada pelo Estado não foi modificada. O governo da Aliança Democrática mantém a falta de liberdade e autonomia sindical e não ratificou a Convenção 87 da OIT.

As organizações sindicais e os organismos de base estão sendo cada vez mais perseguidos pelos patrões, com total conivência do governo. No campo a violência dos latifundiários, agora organizados através



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

de uma entidade para-militar e criminosa, a UDR, continua assassinando trabalhadores rurais de forma totalmente impune. Enquanto nas cidades, os trabalhadores grevistas, militantes e ativistas sindicais são cassados nas fábricas e demais locais de trabalho num processo seletivo que visa quebrar a organização dos trabalhadores e impedir o exercício sindical. As demissões e perseguições políticas nas fábricas estão associadas ao afastamento ilegal dos dirigentes sindicais, CIPAs membros de comissões de fábricas dos locais de trabalho. A estabilidade sindical não é respeitada pelos patrões. Os dirigentes de entidades sindicais e de organismos de base são demitidos por “justa causa” e acabam ficando sem receber salários e proibidos legalmente de entrar em seus locais de trabalho, por prazos que chegam a três anos. O governo tem participado desta campanha patronal, demitindo ativistas sindicais de empresas públicas, e anunciando publicamente seu apoio a iniciativas como, por exemplo, o processo vergonhoso contra os trabalhadores da GM de São José dos Campos, SP.

Posição política e propostas de luta

- a) – A CUT desenvolverá todos os seus esforços para garantir a aprovação da Convenção 87 da OIT, a liberdade e autonomia sindical, a assegurar o direito de greve, como condições básicas para que o direito de organização sindical seja respeitado no país;
- b) – A CUT denunciará a ofensiva dos patrões e do governo Sarney em relação aos direitos sindicais e lutará contra as perseguições e demissões políticas de ativistas e dirigentes sindicais.
- c) – A Direção Nacional da CUT deverá promover um levantamento nacional de todos os dirigentes sindicais, membros de Comissões de Fábrica e CIPAs que foram demitidos e afastados de seus locais de trabalho, incluindo a lista dos trabalhadores rurais e lideranças sindicais do campo, assassinados na luta pela terra e, elaborará um dossiê a ser entregue em audiência pública com Ministro do Trabalho, no sentido de exigir imediatas providências. A CUT divulgará esse dossiê da forma mais ampla possível, incluindo fóruns internacionais como a OIT, as centrais sindicais internacionais e a Anistia Internacional.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Que a CUT convoque para o dia 25 de julho atividade unificada dos trabalhadores do campo e urbanos contra a violência no campo, pela reforma agrária e contra o pacote, com ato na Praça da Sé.

Em conjunto e simultaneamente com isso, a CUT deve desenvolver campanhas políticas que digam respeito aos interesses gerais da classe neste momento. Propomos:

- *Pela liberdade de organização sindical e nos locais de trabalho.*
- *estabilidade e imunidade sindical (direito integral para exercer de forma efetiva o mandato do sindical) para todos os representantes dos trabalhadores (CIPAs, comissões de fábrica, delegados sindicais, diretores de sindicatos e da CUT).*
- *Pela revogação imediata da Lei de Greve, pelo direito irrestrito de greve, pela aprovação imediata da emenda Djalma Bom.*
- *Pela ratificação da Convenção 151 da OIT, que garante a sindicalização dos funcionários públicos.*
- *Contra os acidentes de trabalho e a insalubridade, pela insalubridade, pela integridade física dos trabalhadores.*
- *CIPAs completamente autônomas em relação à direção da empresa;*
- *punição com pena de prisão nos casos de responsabilidade da empresa pelos danos físicos ao trabalhador;*
- *estabilidade permanente com salário integral pago pela empresa aos trabalhadores com danos físicos;*
- *pela extensão destas mediadas (ou similares) aos trabalhadores rurais.*
- *Efetivação dos trabalhadores temporários e fim do trabalho temporário em todo o território nacional;*
- *fim da sublocação da mão-de-obra;*
- *Apoiar, incentivar e contribuir para a organização das lutas populares por transporte, moradia, saúde, educação e abastecimento e outras, desenvolvendo a sua unidade com o movimento sindical.*

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



7 – A luta da CUT pela participação dos trabalhadores na Constituinte

Uma vez imposto pelo governo Sarney o fato consumado do Congresso com poderes constituintes, no lugar da ansiada Assembléia Nacional Constituinte, cabe aos trabalhadores responder com forte mobilização, exigindo respeito a suas bandeiras na elaboração da nova Carta.

A CUT se empenhará em deflagrar as mais amplas mobilizações, formas de luta e pressão sobre o Congresso Constituinte, porque esta é a única possibilidade concreta de assegurar algumas conquistas e criar condições reais para intervenção dos parlamentares efetivamente comprometidos com os interesses da classe trabalhadora.

Esta mobilização deverá brotar das fábricas, dos bairros populares, das roças, das repartições e escritórios.

A CUT também se empenhará no sentido de apoiar a eleição de uma bancada expressiva de representantes dos trabalhadores, capazes de irradiar e multiplicar a força da pressão popular sobre o Congresso Constituinte.

Ou o povo brasileiro sai às ruas numa grande mobilização de massa através de suas entidades democráticas, para garantir na Constituição os seus interesses imediatos e históricos, e ainda elegendo um bloco parlamentar verdadeiramente comprometido com seus anseios de justiça, ou repetiremos, mais uma vez, o triste espetáculo de nossa história republicana marcada por constituintes de fazendeiros, patrões e generais, onde estavam ausentes os operários, os camponeses, os pobres, os negros, os índios e as mulheres.

Já não cabem dúvidas sobre a intenção dos atuais donos do poder: querem um debate limitado aos canais institucionais e, se possível, preso ao anteprojeto redigido pela “Comissão de Notáveis” que se reúne sem povo.

Mais grave ainda: decidiram que a elaboração da nova Carta ocorrerá num quadro regido pelas regras constitucionais legadas pela ditadura militar. Ninguém fala mais em remover o “entulho autoritário”; a imprensa noticia que estão sendo formadas, abertamente, caixinhas bilionárias para garantir a eleição de representantes

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

do empresariado; foi ressuscitada a figura do senador biônico, sob a forma de senadores constitucionais eleitos em 1982 para outra função. E até mesmo o tempo gratuito para propaganda dos partidos políticos, nos meios de comunicação de massa, foram manipulados para favorecer os partidos conservadores da Aliança Democrática. A Aliança Democrática tem neste Congresso Constituinte um momento importante de sua estratégia política, porque pretende assegurar condições institucionais favoráveis para levar adiante o processo de transição política conservadora, sob tutela militar.

A tarefa política da CUT diante da Constituinte será, de um lado, inviabilizar esta tentativa conservadora e de outro assegurar condições que permitam a mais ampla mobilização popular e as mais diversas formas de pressão política, através da luta de massas. A classe trabalhadora só pode reagir a tudo isto com luta, mobilização e pressão, para isto a CUT define:

Posição política e proposta de luta:

- a) – A CUT, como entidade de luta que se esforça para abarcar a totalidade dos trabalhadores, como entidade apartidária, não apoiará este ou aquele candidato ou partido. Entretanto, tudo fará para que o processo constituinte seja alavanca de mobilização, organização e conscientização dos trabalhadores. Neste sentido, ao mesmo tempo em que denuncia o caráter antidemocrático e anti-soberano da constituinte atual, promove as mais variadas e amplas campanhas em torno das questões mais importantes da Constituinte; obriga os diferentes partidos e candidatos a se pronunciarem acerca das principais reivindicações dos trabalhadores de forma a desmascarar os falsos aliados dos trabalhadores.
- b) – A CUT deve construir a participação da classe trabalhadora, a partir das lutas concretas, ou seja, nas campanhas salariais, greves, ocupações e luta pela terra, nas lutas por moradia, saúde, educação, creche, transporte etc. E articular as lutas da classe trabalhadora com as lutas gerais da sociedade;
- c) – A CUT defenderá o direito de os trabalhadores realizarem assembléias nos locais de trabalho, mensais, com duração de até três horas e com participação do Sindicato para discussão dos temas vinculados



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

à Constituinte. A CUT defenderá também o direito à formação de Comissões Constituintes nos locais de trabalho, com estabilidade sindical para encaminhar as informações e organizar a participação efetiva dos trabalhadores no debate constitucional.

d) – A CUT deve promover seminários, discussões e uma Plenária Nacional que defina sua proposta de intervenção na Constituinte, que deve ter como eixo prioritário a defesa dos interesses da classe especialmente seus direitos econômicos, políticos e sindicais na Constituinte, incluindo:

- Direito ao trabalho e estabilidade no emprego;
- Liberdade plena de organização e direito assegurado à organização nos locais de trabalho e acesso às informações contábeis e ao sistema produtivo das empresas;
- Liberdade e autonomia sindical;
- Direito irrestrito de greve;
- Direito de controle dos trabalhadores sobre o processo de inovação tecnológica;
- Direito à terra, para quem nela trabalha;
- E os seguintes direitos fundamentais dos trabalhadores:
 - salário mínimo nacional unificado e capaz efetivamente de satisfazer as necessidades normais do trabalhador e sua família;
 - jornada máxima de trabalho semanal de 40 horas;
 - férias em dobro;
 - seguro-desemprego para todos;
 - direito de creche para os filhos de todos os trabalhadores, gratuita, mantida pelo Estado e pelos patrões, sob controle dos trabalhadores.
 - estatização dos transportes, saúde e educação;
 - moradia para todos;
 - direito à previdência social para todos os segmentos da sociedade, com garantia de níveis mínimos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

de benefícios, decididos a partir da participação e controle dos trabalhadores e mediante contribuição da União, dos empregados e empregadores.

- contra todas as formas de discriminação e diferenças de direitos entre homens e mulheres, nas condições de trabalho e emprego, na família, em todos os aspectos da sociedade, independente do estado civil, cor ou opção sexual.
 - contra qualquer forma de intervenção ou interferência do Estado ou do FMI na definição do planejamento familiar.
 - reconhecimento e regulamentação do trabalho da empregada doméstica.
 - garantia de licença maternidade para todas as mulheres trabalhadoras, inclusive empregadas domésticas e trabalhadoras rurais.
 - fim do papel constitucional das forças Armadas de defesa da ordem interna.
 - descaracterização legal do homossexualismo como doença.
 - modificação da legislação eleitoral, de modo a garantir que o número de deputados e senadores seja proporcional à população de cada estado.
 - proibição de propaganda de cigarro, bebida e medicamentos.
 - A CUT deverá promover a discussão e o posicionamento político frente aos grandes temas nacionais, como a propriedade, liberdades democráticas, organização do Estado, Código Mínimo do Trabalho, independência nacional, controle democrático e popular da gestão da política econômica, democratização do acesso aos meios de comunicação, às políticas sociais, papel das forças armadas, fim da censura, modificação da legislação eleitoral etc.
 - A luta pelo fim da violência policial e do fórum privilegiado de policiais militares, sendo que todos os crimes cometidos por policiais militares contra civis sejam julgados pelos Tribunais da Justiça Civil e não Militar.
- A proposta global da CUT para a Constituinte deve ser apresentada a todos os partidos, amplamente divulgada, e seus pontos prioritários devem se transformar em mobilizações efetivas de massa por ocasião das



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

discussões e votações no Congresso Constituinte.

A CUT deve ressaltar o caráter ilegítimo do governo Sarney, cobrando da Constituinte a redução do mandato presidencial e a convocação de eleições diretas o quanto antes.

e) – A CUT desenvolverá todos os seus esforços para defender os interesses da classe trabalhadora nesse processo constituinte, mas não acredita que os interesses fundamentais dos trabalhadores serão contemplados num Congresso Constituinte que não é livre, nem soberano e verdadeiramente democrático.

O Congresso Constituinte convocado pelo Governo Sarney é mais uma tentativa de legitimar o regime conservador da Nova República: Constituinte amarrada por leis arbitrárias e pronta para ser manipulada em favor dos interesses da classe dominante.

Por isso, a nossa primeira tarefa é denunciar o caráter antidemocrático e não soberano dessa Constituinte e reivindicar uma Assembléia Constituinte exclusiva, democrática e soberana.

No entanto, devemos também tomar iniciativas nas eleições e no processo constituinte no sentido de que os trabalhadores se contraponham tanto aos candidatos como às propostas políticas da classe dominante, deixando claro em todas essas iniciativas que a Constituinte não trará as soluções para os trabalhadores: estas só serão conquistadas através de nossa mobilização, conscientização e ação direta.

Para isso:

- a CUT deve desenvolver amplas mobilizações para inscrever na Constituinte as reivindicações dos trabalhadores, tendo e deixando claro que essa luta não se reduz ao debate parlamentar, e sim deve se alicerçar na ação direta dos trabalhadores;

- no processo constituinte, a CUT deve fazer propaganda de sua plataforma de luta e propostas gerais para a sociedade,

- A CUT deve lutar nas eleições e na Constituinte pela ampliação, unificação e politização das mobilizações, mostrando aos trabalhadores que seus interesses estão em confronto com a política do governo e dos patrões;



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- a CUT deve lutar para que os parlamentares comprometidos com os interesses dos trabalhadores voltem sua atenção prioritariamente para estimular e fazer avançar a luta concreta dos trabalhadores – este, e não o terreno institucional é o caminho para as mudanças reais nas sociedades;
- deixar claro para os trabalhadores que mesmo a inscrição de determinadas bandeiras na Constituição não garantirá a sua implementação na prática, esta garantia só será dada através da luta e da organização dos trabalhadores.

8 – Campanha pelo não-pagamento da dívida externa

A CUT assumiu, desde seu congresso de fundação, a luta contra o pagamento da dívida externa, como uma das principais tarefas políticas do movimento sindical.

As duas décadas de ditadura militar e a submissão da política econômica do governo às exigências dos banqueiros internacionais e ao FMI, para o pagamento do serviço da dívida externa, deixaram como herança uma recessão econômica prolongada, cujas conseqüências foram e estão sendo atiradas sobre a classe trabalhadora.

O Brasil acumulou uma dívida externa de 106 bilhões de dólares, cerca de 13% da dívida dos países do Terceiro Mundo e 28% da dívida externa da América Latina. O pagamento em dia dos juros da dívida tem representado uma transferência de capital para o exterior equivalente a 5% do PIB brasileiro, ou seja, 11,3 bilhões de dólares em 1984 e cerca de 12 bilhões em 1985. O Brasil está pagando só de juros, a cada sete anos, o correspondente a toda a dívida externa.

A transferência líquida de capital para os grandes bancos internacionais em 1985 foi o equivalente a 30 vezes o orçamento público para a área da saúde e esta situação não foi diferente nos anos anteriores. O governo da

“Nova República” mantém uma política econômica conservadora e continuísta, em relação à dívida externa e totalmente submissa aos interesses dos grandes bancos internacionais.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

Este quadro de transferência de riquezas, dependência econômica e exploração atinge a ampla maioria dos países do Terceiro Mundo e o conjunto dos povos da América Latina. O valor da dívida da América Latina é superior a 360 bilhões de dólares e equivalente a 62% do Produto Interno Bruto do continente.

A América Latina vive uma conjuntura econômica de queda nos níveis de produção, aumento do desemprego, deterioração das condições de vida e trabalho e de ampliação da fome e da miséria no interior da classe trabalhadora do continente, em função direta da dívida externa.

Posicionamento político

a) – A dívida externa se constitui em um dos mais importantes instrumentos do imperialismo para assegurar sua dominação econômica e política na região. É hoje, por isso mesmo, o principal obstáculo ao desenvolvimento de nossas nações e à possibilidade de melhoria das condições de vida de nossos povos. Nem a dívida, nem seus juros podem ser pagos pelos países da América Latina e do Caribe. Nem tampouco podem os trabalhadores aceitar as políticas de austeridade impostas pelo FMI.

b) – O problema da dívida é essencialmente político e sua solução deverá ser encontrada a partir de decisões globais. O fortalecimento da unidade é o principal caminho dos países da América Latina e Caribe para defender a soberania e autodeterminação dos povos da região, que hoje estão submetidos aos interesses do FMI, das multinacionais e dos banqueiros internacionais. Neste processo de unidade contra o imperialismo, nós, trabalhadores, jogamos um papel fundamental. Desta forma, o fortalecimento de processos unitários, a realização de encontros regionais e continentais cumpre um papel essencial na construção desta unidade.

c) – A luta contra a dívida externa e a ingerência do Fundo Monetário Internacional estão necessariamente ligadas à luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional, substancialmente diferente da atual, que seja resultado da ruptura com o imperialismo, rumo a uma sociedade socialista.

Além de lutarmos pela modificação dos termos de relações comerciais entre os países capitalistas e os do Terceiro Mundo, também lutamos pelo aprofundamento da integração e cooperação regionais nos campos





comerciais, produtivo, financeiro e tecnológico. As empresas conjuntas, a pesquisa comum em busca de tecnologia apropriada, a criação de uma moeda comum para a região e os acordos comerciais efetivos são maneiras básicas de criar condições para a alteração da atual situação de exploração a que estão submetidos nossos países, e obviamente, nossos povos.

Propostas de luta

a) Neste momento em que o governo brasileiro segue negociando o pagamento da dívida externa brasileira, em que as tentativas de políticas isoladas de alguns países mostram-se ineficazes para fazer frente ao imperialismo, é necessário um profundo esforço da CUT no sentido da realização de um novo Encontro Latino-Americano e Caribenho sobre o tema da dívida externa. A experiência da Conferência de Havana de julho do ano passado e do dia 23 de outubro são demonstrações da viabilidade de avançarmos nesta direção.

Neste sentido, duas táticas devem ser aprofundadas para a realização deste encontro e aprofundamento das ações por parte dos trabalhadores e dos povos do continente:

- A realização de um Encontro do Cone-Sul seria um passo fundamental no sentido de trabalharmos a realização deste encontro latino-americano. Isto devido a que estão presentes nesta sub-região todos os setores (ou os principais) e tendências que compõem o movimento sindical latino-americano. Além do mais, o quadro orgânico é bastante reduzido, o que facilita muito a articulação deste encontro. A manifestação intensa por parte das três regionais continentais (CUSTAL, CLAT e ORIT) em realizar um encontro feito durante a reunião do Conselho Laboral Andino em março p.p. é um ponto de partida importantíssimo.

- Além desses esforços, e trabalhando sempre na perspectiva de realização de encontros dos quais participem todos os setores do continente, é necessário desenvolver uma ação no sentido de avançarmos na coesão entre as várias centrais sindicais que se colocam de forma mais abrangente no plano da negação da dívida externa e da ingerência do FMI. Isto como política geral para fortalecer esta posição e garantir em um nível superior os encaminhamentos unitários que venham a ser tomados.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

b) – Também na perspectiva de fortalecer o processo unitário do continente, apoiamos a proposta aprovada pelo conselho diretivo da Federação Sindical Mundial de fazer realizar no dia 23 de outubro o Dia Internacional de Luta contra o Pagamento da Dívida Externa, centrado sobre três pontos resolutivos da Ata de Havana. Desde já, manifestamos nossa posição de fazer deste dia mais um esforço continental nesta luta que travamos.

c) – A CUT considera que a luta contra o pagamento da dívida externa não deverá se restringir às iniciativas e estratégias internacionais, mas estar presente também nas lutas, campanhas salariais e na Campanha Nacional de Lutas, porque esta é uma luta absolutamente prioritária para o conjunto da classe trabalhadora. A Direção Nacional da CUT se empenhará em produzir material de divulgação e esclarecimento desta campanha (cartazes, cadernos, panfletos etc.) na perspectiva de garantir o caráter nacional e de massa desta luta.

As lutas concretas dos trabalhadores como a defesa do emprego, salários, terra, saúde, educação etc. devem estar articuladas à luta contra o pagamento da dívida externa e caberá à CUT esclarecer e promover esta relação.

9 – A CUT frente à conjuntura e movimento sindical internacional

a) – A conjuntura econômica e política internacional continua marcada pela amplitude e profundidade da crise do capitalismo com graves conseqüências para a classe trabalhadora, em função das mudanças estruturais que estão se processando, pela aceleração da corrida armamentista e pelos atos belicistas e irresponsáveis do governo imperialista dos EUA.

b) – A crise prolongada do capitalismo internacional estimulou um processo de reestruturação dos investimentos, incluindo os que promovem a modernização da indústria com a utilização das novas tecnologias de forma totalmente subordinada à acumulação de capital e ao aumento dos lucros. O capitalismo mostra-se incapaz de conciliar o progresso técnico-científico com as necessidades sociais, promovendo, ao contrário,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

pesados prejuízos à natureza e à ampla maioria da sociedade;

c) – A modernização tecnológica neste contexto tem gerado uma situação de desemprego crescente, desqualificação da força de trabalho, aprofundamento da política de controle e dominação no interior das fábricas e deterioração das condições de trabalho. Todo o aumento da produtividade do trabalho tem se revertido a favor dos grandes monopólios internacionais e em detrimento das condições de vida dos trabalhadores e da independência dos povos. A CUT deve promover o estudo e um posicionamento político aprofundado sobre a questão de automação.

d) – A concentração dos meios de produção nas mãos das empresas transnacionais e do capital financeiro e a repartição do mercado mundial em função de seus interesses e conveniências é que orienta a evolução da economia capitalista internacional. Esta estratégia está acompanhada de um aprofundamento da dependência tecnológica e financeira dos países subdesenvolvidos e de uma ofensiva internacional contra os trabalhadores, às entidades sindicais e suas conquistas trabalhistas. A pretexto da crise internacional, são aprovadas leis e tomadas medidas de política econômica absolutamente antioperárias; restringidas as liberdades e os direitos sindicais; concedidas maiores facilidades aos patrões, acelerados os subsídios do Estado às empresas privadas; reduzidos os gastos sociais, além das exigências de maiores “sacrifícios” aos trabalhadores;

e) – A corrida armamentista que favorece tão-somente a política imperialista e as transnacionais que compõem o complexo industrial-militar, especialmente dos EUA, compromete recursos que poderiam gerar melhores condições de vida e trabalho e ameaçam o próprio futuro da humanidade. O Brasil se transformou em uma plataforma de produção e exportação de material bélico, com investimentos fabulosos e diretamente articulados e associados ao complexo industrial-militar transnacional. Os países capitalistas investiram cerca de 850 bilhões de dólares em 1984, na corrida armamentista. O governo dos EUA investiu mais em armamento bélico, 979 dólares por habitante, em 1984 do que a América Latina produziu por habitante (o equivalente a 915 dólares) neste mesmo ano. Seria necessário um corte de apenas 10% na produção de armas das grandes



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

potências para cancelar todo o serviço da dívida dos países do Terceiro Mundo;

f) – Os países subdesenvolvidos, que devem abrigar cerca de 80% da população mundial até o final do século, são os mais afetados pela crise internacional, em função das relações econômicas desiguais e injustas que lhes são impostas. A dívida dos países do Terceiro Mundo está promovendo uma transferência real de recursos destes países para as grandes potências capitalistas, especialmente para os EUA. A política das grandes potências imperialistas procura estimular o seu próprio crescimento econômico, se apropriando de recursos dos países endividados do Terceiro Mundo. A política econômica imposta pelos grandes bancos internacionais e pelo FMI para o pagamento da dívida externa tem implicado uma situação de recessão econômica prolongada e miséria social crescente. A América Latina apresentou uma taxa de crescimento da história recente do continente;

g) – A crise do sistema capitalista ao mesmo tempo que mantém fortes e negativas pressões sobre os trabalhadores faz avançar a luta de massas do Terceiro Mundo. A luta pela democracia no Cone Sul do continente latino-americano (Argentina, Uruguai, Brasil, Chile, Bolívia, Paraguai); a luta revolucionária pela libertação nacional na América Central, em El Salvador e Guatemala, além da vitória da Revolução Sandinista; a luta contra o

apartheid na África do Sul são alguns exemplos, entre muitos outros, de avanços das lutas populares no nível dos países da América Latina e do Terceiro Mundo.

Posição política e proposta de luta

a) – A CUT entende que o combate dos trabalhadores à corrida armamentista; à política e aos atos imperialistas como os ataques militares à Líbia, Nicarágua, Granada, Angola, Moçambique e aos povos palestino e libanês; a estratégia de expansão e dominação das grandes empresas transnacionais; a política de exploração dos países endividados do Terceiro Mundo devem necessariamente envolver estratégias internacionais e articuladas do movimento sindical. A CUT se define como uma central sindical autônoma e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

independente, em relação às centrais internacionais, mas está absolutamente comprometida em se relacionar e participar de todas as iniciativas concretas internacionais que representem a defesa dos interesses dos trabalhadores e o respeito aos princípios da classe.

b) – A CUT avalia que a luta contra o pagamento da Dívida Externa, através de novas iniciativas do sindicalismo latino-americano, como o dia 23 de outubro, “Dia Internacional de Luta contra a Dívida Externa e suas Conseqüências”, deve ser retomada de forma ampla e unitária, contando com a participação de todas as forças sindicais efetivamente interessadas na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

c) – A CUT considera a luta contra a corrida armamentista uma das prioridades do movimento sindical internacional e lutará pela desnuclearização da América Latina e uma investigação imediata do Congresso Nacional sobre a indústria bélica do Brasil e suas relações comerciais e políticas internacionais.

d) – A CUT denuncia a política externa do governo da “Nova República”, que aceita chantagens políticas do governo americano em relação à “Lei de Informática”, que se cala diante do bombardeio criminoso da Líbia; que não denuncia e não rompeu relações diplomáticas com a África do Sul, que não assumiu posições claras de defesa da Revolução Sandinista da Nicarágua frente às agressões políticas e militares externas de Reagan; que permite a venda de armamento bélico para o governo ditatorial e criminoso de Pinochet;

e) – As dificuldades e prejuízos sociais que os trabalhadores estão enfrentando com a implantação das novas tecnologias não são decorrentes do progresso da ciência e da tecnologia. São o resultado direto da utilização que os patrões e as grandes empresas transnacionais estão fazendo das inovações tecnológicas. A definição de uma estratégia sindical em relação às novas tecnologias na área de serviço industrial e rural exigirá a intervenção do movimento sindical em áreas que lhe tem sido absolutamente proibidas no capitalismo, como o controle operário sobre a produção. A CUT deverá participar e estimular todas as formas de articulação e de troca de experiência, além de estratégias comuns de luta com o movimento sindical internacional, especialmente com os organismos sindicais de base que nesses outros países atuam em empresas



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





transnacionais também existentes no Brasil.

f) – A CUT tem recebido diversas formas de apoio político e se enriquecido com a experiência das Centrais Sindicais Internacionais, além dos contatos bilaterais com diversas centrais sindicais de outros países que efetivamente contribuem de forma concreta para o avanço da luta sindical em nosso país. A CUT pretende estimular estas iniciativas de forma ampla e livre, procurando desenvolver a troca de experiências, na perspectiva de definir campanhas e lutas concretas que fortaleçam a unidade de ação e a solidariedade e a luta da classe trabalhadora em nível internacional, sempre que respeitados seus princípios de classe.

Solidariedade com a luta dos trabalhadores

A CUT deve implementar as seguintes campanhas centrais para o próximo período:

a) – solidariedade com a luta dos trabalhadores chilenos e paraguaios contra as ditaduras de Pinochet e Stroessner. Nesta perspectiva deverão ser produzidos materiais em função das manifestações e lutas travadas, divulgando estas lutas entre os trabalhadores brasileiros. Além disso, deveremos também ter como propósito a organização de campanhas de fundos materiais para estas lutas, especialmente as greves gerais que vêm sendo submetidas à mais dura repressão policial da ditadura de Pinochet.

b) – divulgação e propaganda da revolução nicaragüense e campanhas de repúdio à ação do imperialismo na região. Campanhas de apoio às iniciativas que tenham como objetivo preservar a autodeterminação do povo nicaragüense e suas conquistas revolucionárias. Neste sentido, devemos ter um esforço de exigir que o governo brasileiro saia de sua posição ambígua, apoiando as medidas internacionais que visem pôr fim à agressão que os EUA coordenam contra a Nicarágua;

c) – divulgação, propaganda e campanhas de apoio ao processo revolucionário atualmente em curso em El Salvador e Guatemala;

A CUT entende que o reatamento Brasil-Cuba é uma vitória de todos os trabalhadores latino-americanos contra o bloqueio imperialista, independentemente de quem o tenha executado. A CUT se pronuncia em defesa

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

de todas as conquistas sociais da revolução cubana.

– A CUT repudia o regime racista do governo da África do Sul e se compromete a divulgar e participar diretamente de todas as iniciativas de solidariedade à luta contra o “apartheid”. A CUT mantém a) seu compromisso de denunciar e lutar contra todas as formas de repressão à liberdade de organização sindical dos trabalhadores, como ocorreu com o Sindicato Solidariedade na Polônia, entre outros exemplos.

A CUT se posiciona pela libertação dos sindicalistas presos na Polônia.

10 – Campanha Nacional “Creche Para Todos”

As mulheres representam hoje 32% da força de trabalho no Brasil e a tendência das últimas décadas tem sido o aumento da sua participação no mercado de trabalho. Além do grande número de mulheres no trabalho rural, as demais concentram-se em categorias e funções que se relacionam com o papel que lhes é atribuído na sociedade: prestação de serviços, enfermarias, empregadas domésticas, professoras, assistentes sociais, funcionárias públicas etc.

No entanto, é no setor industrial que tem se dado o maior crescimento percentual da mão-de-obra feminina: de 1970 a 1980, dobrou o número de mulheres neste setor. Neste quadro, observa-se que a força de trabalho feminina é utilizada pelo capitalismo para aumentar o nível de exploração da classe como um todo. Senão, vejamos:

- em 1982, quase metade das mulheres que trabalhavam (49,5%) ganhavam até um salário mínimo; dos homens, 24,3% ganhavam este valor;
- na indústria, o salário médio das mulheres é de 50% a 60% inferior ao dos homens;
- em São Paulo, em 1982, apenas 8% dos empregos qualificados na indústria eram ocupados por mulheres;
- além disso, há um enorme contingente de mulheres que não têm nem mesmo os direitos trabalhistas conquistados pela classe, como as empregadas domésticas e as trabalhadoras rurais.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- No caso das trabalhadoras rurais, a situação ainda se agrava pois, além da dura jornada de trabalho que enfrentam, são totalmente ignoradas e discriminadas nos direitos previdenciários. São classificadas como dependentes do marido ou filho maior, em muitos casos são assalariadas e não têm carteira assinada, além da discriminação na participação nas diretorias sindicais, muitas não sendo aceitas nem como sócias do sindicato.
- A concentração das mulheres nas profissões consideradas femininas, que facilita o rebaixamento salarial dessas categorias como um todo, em funções menos qualificadas ou o seu isolamento em setores especiais da produção, impedindo a promoção ou acesso a cargos de chefia, ou até mesmo a recusa à contratação individual da mão-de-obra feminina, como ocorre com as trabalhadoras rurais, são mecanismos que, atingindo as mulheres em particular, significam o aumento da exploração da classe. Isto porque rebaixam o total dos salários pagos, aumentam os lucros dos patrões e facilitam o nível de controle sobre amplos setores dos trabalhadores. Contribuem decisivamente, portanto, para a manutenção e aumento da exploração capitalista.

Acrescenta-se a isso o fato de o trabalho de atendimento das necessidades cotidianas dos trabalhadores não ser assumido como responsabilidade social e dever do Estado, recaindo sobre a própria família, assumido prioritariamente pelas mulheres, que arcam com uma dupla jornada de trabalho; além de realizarem um trabalho que não é pago.

Participação da mulher trabalhadora na luta de classes

A participação da mulher trabalhadora no processo da luta de classes tem se dado com grande destaque nos momentos de ascenso da luta (greves, campanhas). Por outro lado, sua participação numa militância de caráter mais permanente e organizativo sofre profundos desníveis em relação à participação masculina. Isto ocorre principalmente devido às dificuldades geradas pela dupla jornada de trabalho, a ideologia burguesa conservadora que reforça o papel feminino na sociedade e a ausência de uma política adequada por parte do movimento sindical que estimule e facilite a participação das mulheres, considerando suas dificuldades.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

A organização das mulheres no movimento sindical, com a incorporação de suas lutas e reivindicações, deve ser assumida pelo conjunto da classe porque representará não uma divisão mas o fortalecimento e unificação da classe contra a dominação burguesa.

Cabe à CUT, como direção do movimento sindical, manter uma política de conscientização e incentivo à participação da mão-de-obra feminina na luta geral da classe trabalhadora. Neste sentido, propomos a criação de uma

Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora, subordinada à Secretaria de Política Sindical, em nível nacional e estadual, com as seguintes funções:

- a) Elaboração de propostas e projetos políticos sobre a questão da mulher trabalhadora para subsidiar a Direção da CUT Estadual e CUT Nacional e sindicatos filiados à CUT;
- b) Subsidiar a Secretaria de Formação da CUT na preparação de atividades de formação, publicações e materiais de formação sobre a questão da mulher trabalhadora;
- c) Elaborar propostas à Direção da CUT para a realização de encontros, seminários e levantamentos da situação das mulheres trabalhadoras para a definição das formas de luta sobre suas questões;
- d) Incentivar a assessorar os Sindicatos filiados e oposições sindicais em programas e projetos no sentido de buscar uma maior participação das mulheres trabalhadoras dentro de sua entidade sindical, nas lutas específicas de sua categoria e nas lutas gerais da classe trabalhadora.

Para avançar concretamente na mobilização e incorporação das mulheres à luta geral da classe, é necessário que a CUT assuma de forma prioritária uma bandeira que ataque pontos essenciais da discriminação das mulheres e dificultam sua participação no movimento.

Entendendo que o trabalho doméstico e o cuidado das crianças são um dos fatores geradores dessas dificuldades, propomos que a CUT lance uma campanha específica com o lema “Creche Para Todos”, em nível nacional, articulada à Campanha Nacional de Luta.

No aspecto organizativo, esta bandeira representará:



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- maior mobilização das mulheres trabalhadoras e da classe em seu conjunto por se tratar de uma bandeira de interesse dos homens e mulheres trabalhadores;
- um instrumento de pressão à classe patronal por estar diretamente vinculada às condições de trabalho;
- unificação com o movimento popular, onde a luta pelo direito a creches já é presente há vários anos;
- uma reivindicação que poderá ser transformada em conquista imediata, podendo ser viabilizada em cada local (fábrica, cidade, campo), respeitadas as condições mais favoráveis para cada realidade.

A Campanha Nacional da CUT Creche Para Todos deverá preservar a garantia de creches gratuitas, mantidas pelo Estado e pelos patrões, sob controle dos trabalhadores, e como direito irrestrito dos pais e crianças.

Que as CUTs Estaduais, junto com as mulheres cutistas, indiquem pessoas que tenham experiência de trabalho com mulheres para compor a Comissão da Questão da Mulher e que a Secretaria de Política Sindical convoque uma reunião desta Comissão até o final de setembro, para implementar a proposta.

11 – Questão agrária e violência no campo

A) Análise da realidade

Introdução:

Há séculos que os trabalhadores rurais brasileiros lutam pela terra. Na busca dessa conquista, passando por diversas experiências de luta e organização, sempre se deparam com a força organizada dos grandes grupos econômicos e do governo.

É necessário entender o que vem ocorrendo ao longo da história, as mudanças existentes nos diversos momentos políticos e qual a relação deste processo com a luta presente dos trabalhadores rurais brasileiros.

O governo e os proprietários de terra, na busca de saídas para a crise política e econômica, tentam levar ao campo a proposta de pacto social, objetivando cooptar parcelas dos trabalhadores rurais para o seu projeto,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

fortalecer a Aliança Democrática e legitimar a nova forma de governo saída do Colégio Eleitoral.

Isso exige de nós propostas concretas para a luta dos trabalhadores rurais e uma avaliação do papel da CUT até agora nas lutas do campo.

Temos conseguido, com muita luta, obter algumas vitórias. Conseguimos, também, acumular experiências de lutas e organização, que abrem espaços para novas conquistas. Mas novos desafios políticos e organizativos se colocam para a CUT.

a) A realidade no campo

Uma das principais características da estrutura agrária no Brasil é a imensa concentração da terra nas mãos de poucos. Em 1967 cerca de 47% da área ocupada no meio rural eram propriedades com mais de 1.000 hectares, e que representavam 2% do seu total. Em 1984, as propriedades com mais de 1.000 hectares, e que continuavam a ser os mesmos 2%, representavam mais de 58% das terras ocupadas. Por outro lado, aquelas com menos de 100 hectares em 1967 somavam juntas 18,7% das terras. Em 1984 passavam a ter somente 14% delas.

Os dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária— nos revelam também que as propriedades classificadas como latifúndio eram, em 1984, mais de 409 milhões de hectares. Ou seja, quase a metade da área total do país. E deste tanto, 170 milhões de hectares são aproveitáveis para a agricultura, mas estão totalmente ociosos e poderiam ser ocupados por mais de 5 milhões de famílias.

Na verdade a maioria das terras que estão privatizadas não tem nenhuma finalidade produtiva. São monopolizadas como reserva de valor, isto é, têm uma função puramente especulativa no mercado de terras. Uma parcela importante das terras agricultáveis está destinada a uma pecuária extensiva com baixo valor econômico e nenhum valor social. As terras cultivadas, por sua vez, estão em grande parte entregues à monocultura (soja, café, cana) e têm servido.

A produção nestas terras está voltada principalmente para a exportação, pouco pesando na produção de



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

alimentos básicos para a população. Quem sustenta a produção de alimentos hoje no país são as propriedades com menos de 100 hectares. O resultado deste quadro é a escassez de alimentos básicos, os mais altos índices de desnutrição do mundo e 70 milhões de brasileiros vivendo na miséria absoluta.

Tamanho concentração da terra só foi possível pela expropriação e expulsão violenta de milhões de camponeses de suas terras. Nos últimos 16 anos, saíram mais brasileiros do campo para as cidades que toda a população da Argentina. Desta forma, cresceu a reserva de mão-de-obra barata nas cidades, permitindo o pagamento de baixos salários aos trabalhadores urbanos e imensos lucros para os patrões.

A resistência dos camponeses a este processo de expulsão deflagra conflitos que se espalham rapidamente por todo o país. Apenas dados registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam a existência de, em 1985, 636 conflitos pela terra, envolvendo mais de 400 mil pessoas e uma área de 9,5 milhões de hectares. A ação violenta dos latifundiários, fazendeiros, usineiros e empresas contra a luta dos trabalhadores pela terra, por seus mínimos direitos e por melhores condições de trabalho, resultou no assassinato de mais de 216 trabalhadores, lideranças, dirigentes, sindicais, bóias-frias, religiosos e índios.

Enquanto os grupos empresariais nacionais e multinacionais e os latifundiários enriquecem, os posseiros, meeiros, pequenos arrendatários e trabalhadores assalariados são esmagados e jogados para a miséria. Os preços mínimos para os produtos agrícolas não servem ao pequeno produtor de alimentos, sempre vítima dos atravessadores, grandes armazéns, das empresas, indústrias e da política econômica do governo. Os assalariados rurais, principalmente os bóias-frias, permanecem condenados aos mais baixos salários do país, às piores condições de trabalho e à morte em acidentes devido às precárias condições de transporte. A todos faltam garantias sociais, como saúde, assistência médica e direitos previdenciários.

A cada momento, em lugar do trabalhador permanente, residente no seu pedaço de terra, surgem os bóias-frias que incham a periferia das cidades morando em condições suburbanas. Por fim, se a expulsão dos camponeses prosseguir neste ritmo, e as migrações crescerem a uma taxa anual de 5% até 1990 mais 11 milhões de camponeses sairão do campo para a cidade, engrossando ainda mais a massa de desempregados urbanos.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

b) O governo da “Nova República” e a realidade no campo

O período anterior ao Colégio Eleitoral foi rico no crescimento das mobilizações e lutas que exigiam a realização de uma reforma agrária ampla, massiva e radical no Brasil. reforma agrária que caminhasse no sentido da extinção das grandes propriedades e dos latifúndios, que permitisse o acesso a terra aos milhões que dela foram expulsos e garantisse condições dignas de vida e trabalho. A transição política em curso no país, da ditadura militar para um governo civil, acendia em muito a esperança de que a reforma agrária viria a galope. A Aliança Democrática procura legitimar-se pregando, entre muitas outras coisas, que era “impossível um país como o Brasil conviver com altos índices de concentração de terra, com a agonia dos milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra para trabalhar, sem uma verdadeira reforma agrária”.

Mas o governo da

“Nova República”, resultado deste processo de transição, não demorou muito para mostrar a que veio. Na verdade, a “Nova República” veio somente para mudar e

“modernizar” as formas de dominação sobre os trabalhadores. Não veio para promover mudanças profundas na organização da sociedade e muito menos na realidade de exploração e miséria existente no campo e na cidade.

“É na questão da terra que hoje aparece da forma mais evidente possível a serviço de quem está o governo Sarney. Enquanto os trabalhadores sem terra mostram com acampamentos e ocupações que a reforma agrária tem de ser feita já, o governo Sarney recua até mesmo de suas tímidas propostas contidas no PNRA, atendendo uma a uma as exigências dos latifundiários. Mais grave, o governo promove um desarmamento que é uma farsa, deixando de mãos livres e armados os latifundiários e fazendeiros, que além de tudo vão buscar no próprio aparelho de Estado (nas polícias militares e no Exército) jagunços para executarem líderes sindicais, trabalhadores sem terra e religiosos ligados à luta pela reforma agrária. Hoje o trabalhador sem terra, os camponeses pobres não têm apenas negado o seu direito à terra. Eles vêem ser violados o seu direito mais elementar, o direito à vida”.



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

c) Por que a “Nova República” não pode fazer a reforma agrária?

A

“Nova República” só se sentiria obrigada a realizar qualquer transformação no campo, implementar a reforma agrária, se isso fosse a sua única saída para sustentar o desenvolvimento capitalista, tanto no campo como na cidade. Isto é se houvesse problemas de ordem econômica ou política muito fortes que ameaçassem este desenvolvimento.

A sustentação política da “Nova República” tem nos latifúndios um dos seus pontos fundamentais. Os trabalhadores não podem ter ilusões de que as classes dominantes estejam dispostas a aceitar uma verdadeira reforma agrária. O governo da

“Nova República”, jogando todas as suas forças na consolidação de uma dominação onde apenas os poderosos têm vez, já mostrou que está disposto a todas as violências para impedir a reforma agrária. Os interesses dos latifundiários, dos grandes proprietários de terras estão de tal forma conjugados com os interesses dos donos de indústrias e de bancos que qualquer esperança de aliança com os setores da classe dominante será mera ilusão.

Desse modo, a CUT entende que a reforma agrária significa lutar também contra a “Nova República”, arrancando vitórias nos confrontos com os poderosos e reafirmando a perspectiva da construção do poder dos trabalhadores, único tipo de poder capaz de levar a prática as nossas propostas e realizar a verdadeira reforma agrária, radical e sob controle dos trabalhadores.

- *O latifúndio não impede o avanço do capitalismo*

No Brasil, ao contrário do que alguns ainda pensam, não existe para as classes dominantes a necessidade de eliminar o latifúndio tradicional para que continue o avanço da acumulação capitalista. Pelo contrário, ele mesmo é a base do desenvolvimento dos grandes empreendimentos capitalistas no campo. Hoje, o latifúndio tradicional está cada vez mais associado a grandes indústrias, bancos e empresas nacionais e multinacionais que desenvolvem projetos agropecuários, de reflorestamento etc., utilizando largamente a mão-de-obra assalariada e

tecnologia avançada. A terra ociosa é cada vez menos de latifundiários ao estilo antigo, atrasados, mas sim destas empresas que a utilizam como reserva de valor.

Portanto, para a classe dominante no Brasil, não existem razões de ordem econômica para a realização de uma reforma agrária. Os 12 milhões sem terra, a fome e a miséria de mais da metade da população, a concentração da terra não são empecilhos para o capitalismo no Brasil. Ao contrário, são os frutos de seu avanço.

Desta forma, a “Nova República” prossegue com a velha política dos incentivos fiscais àquelas empresas interessadas em investir produtivamente no campo, promovendo cada vez mais a associação do latifúndio com o capital industrial, bancário e comercial, seja ele nacional ou multinacional. Consegue assim aumentar a área plantada e sua produtividade, através de utilização intensiva da mão-de-obra assalariada e de tecnologia moderna. Promove ainda a produção voltada para a exportação, com o objetivo de atender às necessidades do mercado internacional e de pagamento da dívida externa. Através dos projetos de “desenvolvimento” (Nordestão, São Vicente, JICA etc.) vai criando condições para o fortalecimento das chamadas grandes e médias empresas rurais, que transformam terras antes ociosas ou de baixa produtividade em explorações de grande produtividade e integradas no mercado.

Assistimos também à retomada dos projetos de colonização pública e privada agora disfarçados também em imensos projetos de irrigação, como os que pretende realizar na região do Araguaia–Tocantins e no Nordeste.

- *Os proprietários de terras também estão no poder*

Os chamados latifundiários e os grandes proprietários de terras, além de estarem associados cada vez mais ao grande capital, fazem parte do grande pacto político que deu origem à Aliança Democrática e ao governo da “Nova República”. Eles são, portanto, peça fundamental na manutenção da exploração, da dominação e do controle político sobre os trabalhadores.

Muita gente acreditou que havia interesses contrários entre os proprietários de terra e os empresários e industriais do meio urbano. E que, esses últimos, eram a favor da reforma agrária. Vimos que a coisa não é bem assim.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Em primeiro lugar, é verdade que existem interesses diferentes entre as classes dominantes que estão no poder do Estado, entre os banqueiros, os latifundiários, os industriais e os proprietários de terra, que podem se chocar e gerar atritos entre eles. Mas, apesar disso, procuram estar unidos no que é fundamental: a manutenção da dominação política e da exploração sobre o trabalhadores e o restante da sociedade.

Por isso é que o conjunto da classe dominante colocou suas diferenças em segundo plano, garantindo em primeiro lugar a sua unidade e evitando qualquer concessão que significasse o reforço das lutas e do poder dos trabalhadores rurais e urbanos.

Diversas pessoas, dirigentes sindicais e entidades insistem em dizer que havia interesse do governo em realizar a reforma agrária, mas que foi pressionado pela reação contrária dos latifundiários ao PNRA.

Na verdade a reação dos latifundiários teve dois objetivos. Primeiro, de acuar os trabalhadores rurais. Segundo, alertar o governo sobre o perigo de realizar concessões aos trabalhadores, mesmo que só no papel. Não havia contradição entre os latifundiários e o governo.

O grande compromisso do governo com os latifundiários e as empresas proprietárias de terra pode ser medido claramente pela composição do Congresso Nacional, pelos vários incentivos às grandes propriedades e pela conivência e acobertamento do governo aos crimes cometidos contra os trabalhadores rurais pelos proprietários de terra e suas organizações, garantindo-lhes a mais absoluta impunidade.

- *PNRA: O pacto social no campo*

O que motivou a “Nova República” a incluir no seu discurso a realização da reforma agrária foi o crescimento das mobilizações, das ocupações e dos conflitos pela resistência na terra. Estas lutas foram conseguindo cada vez mais o apoio e a simpatia dos setores urbanos. Tornavam-se um sério problema político na medida em que cobravam do governo uma tomada de posição contra o latifúndio e as grandes empresas nacionais e multinacionais proprietárias de terra.

Para impedir o avanço destas lutas e evitar as suas conseqüências trágicas para a classe dominante neste



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003


AJUDA


SAIR

momento de transição, a “Nova República” foi obrigada a dar uma resposta política aos trabalhadores: o Plano Nacional de reforma agrária. Com ele, o governo vai atraindo e cooptando diversos setores do movimento sindical, da Igreja, de entidades de pesquisa e apoio para o seu projeto. Pretendia com isso frear as lutas que estavam para acontecer, tentando isolar os setores mais combativos dos movimentos e as lutas mais radicalizadas. Era a sua proposta de *pacto social* para o campo.

Primeiro, o governo convidou todos os setores do movimento a dar opiniões e sugestões para o Plano. Em seguida, apresentou a primeira proposta com exclusividade no 4º Congresso da Contag, em maio de 1985, dando o prazo de um mês para que os trabalhadores apresentassem suas propostas de alteração. Simulou um processo democrático em que os trabalhadores, pela primeira vez na história, poderiam “decidir” sobre os destinos da reforma agrária. Porque na verdade já se sabia que a decisão final caberia ao Conselho de Segurança Nacional e ao presidente da República.

Passaram-se cinco meses até que a sua versão definitiva fosse aprovada. O adiamento de sua aprovação foi feito a pedido dos latifundiários (principalmente os pecuaristas) e empresários rurais, que “democraticamente” também participavam do debate. O governo incentivou os trabalhadores e suas entidades a realizarem sugestões e modificações no plano original. No final dos cinco meses, depois de nove vezes reescrito, o plano assinado pelo presidente da República não continha nenhuma daquelas sugestões. Ao contrário, adiava ainda mais o “início” da reforma agrária e era mais atrasado que o próprio Estatuto da Terra. Jogava para os INCRA estaduais a realização dos planos regionais e afirmava que antes dos planos nenhuma desapropriação poderia ser realizada. Além disso eliminava das áreas prioritárias as áreas de conflitos e as de concentração de meeiros e arrendatários.

Alguns setores, que haviam acreditado inicialmente nas “boas intenções” do governo, acabaram compreendendo que os objetivos oficiais não eram de levar adiante a reforma e retiraram seu apoio.

Enquanto isso, várias ocupações massivas aconteciam principalmente no sul do país. Primeiro, o governo recusava-se a negociar com os trabalhadores, mas depois era obrigado a ceder e acertar prazos e acordos. Mas não os cumpria, adiando suas decisões para forçar o desgaste do movimento e o seu esvaziamento. O mesmo



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

ocorre em vários estados do país, com o governo estabelecendo acordos para descumpri-los logo em seguida e adiando tudo para quando saíssem os planos regionais.

Prontos os planos regionais de todos os estados e entregues ao presidente da República, novos adiamentos acontecem, com a justificativa de que precisam estar bem feitos para não gerar reações contrárias. Em maio de 1986, novas medidas são tomadas. Os planos regionais são assinados. Mas na verdade, em vez de dar início às desapropriações tão esperadas, o governo fez tudo voltar à estaca zero. Eliminou as áreas prioritárias apontadas nos planos e transformou todo o Estado em áreas prioritárias. Definiu que a indicação das áreas a serem desapropriadas será feita por uma comissão em cada estado, composta de três representantes do governo, três dos proprietários de terra e três de trabalhadores indicados pelas federações. Joga desse modo a responsabilidade para uma comissão que inevitavelmente não chegará em muitos acordos, e quando muito conseguirá indicar uma ou outra área que deverá ainda passar pela avaliação do presidente da República.

Fica claro para os trabalhadores que o que se fez até hoje na “Nova República” em torno do PNRA tem o objetivo de frear e desgastar as lutas pela terra. Para isso tem adiado eternamente qualquer ação concreta, resolvendo apenas casos isolados e realizando desapropriações de terras há muito tempo ocupadas. O governo joga também com o calendário político, argumentando que as grandes definições deverão ser tomadas no Congresso Constituinte.

d) *Uma perspectiva de reforma agrária para os trabalhadores do campo e da cidade.*

Reforma agrária: uma bandeira reformista?

A análise desenvolvida acima mostrou claramente que não há razões econômicas, sociais ou políticas para as classes dominantes desejarem uma reforma agrária. Nas décadas de 1950 e 1960, um setor reformista levantou a bandeira da reforma agrária, como única forma de superar a recessão econômica e o subdesenvolvimento. A reforma agrária passava segundo aquelas concepções, por uma aliança das classes trabalhadoras com a burguesia industrial, dentro de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Hoje, aqueles setores reformistas e desenvolvimentistas já não usam a mesma linguagem, nem defendem o mesmo projeto. Por um lado, compreenderam que o desenvolvimento capitalista do país não passou e não passa pela reforma agrária. Por outro lado, entendem que, se levantada hoje, a bandeira da reforma agrária radical estará comprometendo a aliança interna das classes dominantes, que constituem a base da “Nova República”. É por isso que certos setores reformistas acabaram defendendo o PNRA, mesmo quando ficou claro para todo mundo que o governo Sarney não desejava fazer nenhuma reforma agrária.

Um outro setor, hoje distanciado do governo, ainda mantém a sua concepção de reforma agrária, feita por cima. Acreditam em alianças com setores ditos “progressistas” do empresariado e com políticos “lúcidos” dos partidos da Aliança Democrática. Para esse setor, a reforma agrária trata-se sempre de uma política pública de intervenção na estrutura fundiária. Caberá, portanto, segundo esta concepção, aos trabalhadores, se sujeitarem às determinações do governo e, no máximo, fazer pressões e mobilizações para apressar a reforma agrária.

Essa posição, hoje minoritária e enfraquecida, não deixa de influenciar as discussões sobre a reforma agrária. Ela se fundamenta na separação esquemática entre reforma agrária feita sob o capitalismo ou reforma agrária sob o socialismo. Como a questão da reforma agrária está sendo colocada dentro dos marcos atuais, e sem se pressupor a derrocada prévia do capitalismo, os defensores daquela posição acabam defendendo a institucionalização do processo. Para este setor, a reforma agrária, no capitalismo, só pode ter um caráter de intervenção cirúrgica do Estado na estrutura fundiária, um processo reformista para reforçar o próprio capitalismo. Apenas o defendem porque vêem na reforma agrária uma forma de democratizar a propriedade, e imaginam que com isso reforçam a própria democracia brasileira.

Para o conjunto da classe trabalhadora brasileira, nenhuma destas duas posições trata da reforma agrária levando em conta os objetivos históricos da classe operária. É evidente que uma reforma setorial, ou seja, da estrutura da propriedade da terra, não trará por si só aquele objetivo geral do conjunto das classes trabalhadoras. Mas pode apressá-lo ou, em condições adversas, torná-lo mais distante ainda. É por isso que a discussão sobre a reforma agrária é uma discussão política que interessa a todos os trabalhadores, e não uma questão setorial ou conjuntural.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





- *A quem interessa a reforma agrária?*

Qual é o interesse dos trabalhadores com relação à reforma agrária? Há uma identidade de interesses entre os trabalhadores do campo e da cidade?

Desde tempos antigos, os trabalhadores rurais encontraram na busca de terras uma forma de livrar-se da exploração. Por sua vez, os senhores de engenho e barões do café, latifundiários e capitalistas estiveram sempre unidos para impedir o acesso à terra do trabalhador camponês. Esta estratégia das classes dominantes esteve sempre ligada ao fato de que, separado da terra, ao trabalhador não restaria outra alternativa do que sujeitar-se a um patrão. Cercou-se a terra para manter represada a força-de-trabalho.

Hoje, além desta função, a propriedade da terra representa uma alternativa de acumulação e de reserva de valor. A ocupação da Amazônia se faz sob o controle do capital monopolista, e a concentração de terras passa a ser uma forma de acumulação de capital. Monopolizar a terra, com os recursos naturais ligados ao solo (matas naturais, recursos minerais etc.) e impedir o acesso à terra dos trabalhadores rurais despossuídos são dois objetivos fundamentais e estratégicos para manter a dominação de classes e a continuidade do modelo capitalista brasileiro. Isto porque em sua base está a superexploração da classe operária, possibilitada pela existência de um exército industrial de reserva espalhado pelo país. A reforma agrária, sendo ampla e massiva, tenderá a abrir canais de colocação para este exército de migrantes, alterando as condições de negociação para a força de trabalho e criando melhores condições de luta para a classe operária.

Nestas condições, o conjunto da classe operária tem um interesse objetivo e estratégico na reforma agrária, na medida em que ela põe em questão o modelo econômico brasileiro, fundado em baixos salários e alta concentração da renda, e abre uma nova frente de luta contra a própria forma de dominação capitalista na sociedade.

Por outro lado, a reforma agrária que interessa aos trabalhadores enquanto classe social dominada e explorada só interessa como um processo que permita a acumulação de força dos oprimidos e como uma bandeira geral de luta contra a opressão capitalista. É por isso que podemos confundir a reforma agrária que queremos com a

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

conquista isolada de algumas desapropriações. Como também a luta dos trabalhadores rurais não se limita à luta isolada de grupos de camponeses, visando à permanência na terra. As conquistas isoladas só contribuem para a luta geral dos trabalhadores contra a opressão quando estão articuladas com o movimento geral, quando estão organizadas para esta luta geral.

Neste sentido, é necessário promover a unificação dos acampamentos e assentamentos. Do mesmo modo é necessário promover a unificação das lutas de resistência na terra, por parte dos posseiros, dos parceiros e pequenos arrendatários. Só a partir da unificação das lutas pela terra será possível desenvolver táticas combinadas de resistência, tanto à política de desestabilização e cooperação do governo, como à ação expropriadora do capital e à ação criminosa dos latifundiários.

Os trabalhadores devem ter claro que, a medida em que avance esta luta pela terra e que ela traga conquistas parciais, o governo da Nova República tudo fará no sentido de dividir o movimento dos trabalhadores sem-terra e de cooptar alguns setores para a sustentação da sua política. Ao mesmo tempo o capital, sobretudo o capital bancário e comercial, continuará sua ação no sentido de aumentar o endividamento e expropriação dos camponeses. Isto significa que, mesmo não tendo qualquer interesse na reforma agrária, o governo da Nova República e as classes dominantes desenvolverão mecanismos no sentido de capitalizar, politicamente, as conquistas dos trabalhadores sem-terra.

Não há dúvida de que esta tem sido uma alternativa para as classes dominantes. O próprio Estatuto da Terra, a legislação na qual se insere o PNRA, tem como objetivo a criação e o fortalecimento de uma burguesia rural. Esta alternativa reformista, que visa criar no campo uma nova camada de capitalistas rurais, foi defendida por um setor das classes dominantes no momento da elaboração do Estatuto da Terra, em 1964. Não há dúvida de que alguns setores dominantes tentarão acionar mecanismos no sentido de implementar esta política, voltada para uma diferenciação do campesinato e para o privilegiamento de suas camadas mais abastadas.

Entretanto, é preciso ter claro que o capitalismo tomou a direção da centralização e da concentração do capital. Isto tem implicado, para os camponeses, uma situação de constante empobrecimento e sujeição ao



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

capital. Por outro lado, a simples organização econômica, na forma cooperativista ou não, não tem sido suficiente para os pequenos agricultores se defenderem da expropriação promovida pelo capital. É que hoje o camponês se tornou um trabalhador para o capital. Isto quer dizer que a organização conseqüente dos trabalhadores rurais assentados, camponeses e lavradores em regime familiar terá que ser, ao mesmo tempo, econômica e política.

No entanto, mesmo que seja necessário pressupor que o capitalismo tenha que “alterar” suas leis para poder cooptar os setores novos ou tradicionais do campesinato, não podemos negar que o governo da Nova República usará todos os seus recursos no sentido de cooptar setores dos trabalhadores sem-terra e dos assentados e de dividir o movimento.

Para enfrentar esta situação, a CUT desenvolverá uma prática de discussão com estes setores sobre a ação das políticas públicas, visando à organização de mecanismos de luta e de resistência. Organizados, os trabalhadores rurais sem-terra, os assentados e os camponeses de um modo geral poderão desenvolver ações que inviabilizam os efeitos desagregadores da política agrária e da política agrícola do governo.

Neste sentido, o avanço da luta pela terra não se mede pela simples expansão quantitativa das ocupações, acampamentos ou assentamentos, mas pela qualidade organizativa dos trabalhadores na base. Cabe à CUT, como direção do movimento, mostrar aos trabalhadores a necessidade de dar passos seguros nesta luta e de se preparar para uma conquista que não termina com a ocupação da terra, com a implantação dos assentamentos ou com a legalização das posses. Estes são apenas momentos de um processo longo que exige a permanente mobilização dos lavradores. Para a CUT, esta tarefa exige um aprofundamento da sua ação no campo e um estreitamento da solidariedade campo-cidade.

O desafio que os trabalhadores têm diante de si é impedir que a reforma agrária se torne um instrumento de legitimação e de fortalecimento político das atuais classes dominantes, viabilizando, historicamente, a “Nova República”. Mas isso não é uma novidade para ninguém, pois também este risco é permanente e diz respeito a quase todas as lutas levadas pela classe trabalhadora da cidade e do campo, como as lutas salariais, trabalhistas sindicais, por política agrícola etc. Não se trata, portanto, de responder a este desafio de uma forma genérica e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

abstrata, mas de compreender que o aprofundamento da ação da CUT no campo exige uma familiaridade do conjunto da direção da CUT com os problemas rurais e que a solidariedade campo-cidade tem que ser levada em todos os níveis e de todas as formas ao alcance do movimento dos trabalhadores.

Desta forma, ganha sentido político a bandeira de reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Por um lado, essa bandeira expressa a repulsa dos trabalhadores a uma reforma agrária imposta de cima para baixo. Por outro lado, está implícita nela que a reforma agrária, quando defendida pelos trabalhadores, não se trata de uma reforma do capitalismo, visando apenas a aumentar a produção, mas de um passo visando a uma conquista maior, que é o fim de toda a opressão da classe trabalhadora.

- *A reforma agrária é também uma bandeira democrática*

A CUT coloca a bandeira da reforma agrária em uma perspectiva histórica própria da classe trabalhadora. Mas nem por isso podemos perder de vista que esta bandeira é simpática à maioria da população. Tanto os setores médios urbanos, como os pequenos e médios proprietários, constituem setores que podem ser beneficiados pela reforma agrária. Por um lado, porque a reforma agrária toca, diretamente, nos interesses vitais de classes hegemônicas do poder. Por outro, porque a reforma agrária é associada ao aumento do mercado interno, ao barateamento dos gêneros alimentícios e ao fim do desemprego e da marginalidade social.

Usando o aparelho do Estado e os meios de comunicação de massa, as classes dominantes procuraram sempre confundir estes setores, distribuindo o medo, quando não diretamente o pânico, com relação à reforma agrária. Isso só foi possível diante da desinformação geral sobre a questão e da manipulação da opinião pública. O debate sobre a reforma agrária tende a acuar os latifundiários e pôr às claras os vínculos entre os capitalistas industriais; comerciais e banqueiros e o monopólio da terra. Cabe, portanto, à CUT; preencher os espaços da sociedade com o debate sobre a reforma agrária, mostrando o absurdo que representa a atual estrutura fundiária e a brutalidade das violências cometidas contra os camponeses e trabalhadores rurais.

O Brasil, um país com uma extensão territorial das maiores do mundo, e com uma estrutura fundiária herdada



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

do colonialismo escravagista, jamais passou por uma reforma da distribuição do solo. Isso coloca uma questão social grave. É que o país apresenta um dos mais altos índices de subnutrição do mundo, 70 milhões de brasileiros vegetam na miséria, as cidades incham com a expulsão do homem do campo. A burguesia brasileira, contudo, não considera essa questão social. Ela não quer realizar esta reforma porque ela pode comprometer o ritmo da acumulação de capital. Por outro lado, o modelo econômico brasileiro pressupõe a remessa de lucros ao exterior, o pagamento dos juros da dívida externa, e isso é possível mantendo-se a atual taxa de exploração do trabalhador brasileiro.

O fato de a burguesia não considerar a questão social embutida na reforma agrária não significa que ela exista como uma necessidade do conjunto do povo brasileiro. Ela existe, mas é sentida apenas pela classe trabalhadora. É por isso que a classe trabalhadora pode não só influenciar, mas determinar o processo da reforma agrária. Cabe, ao conjunto da classe trabalhadora transformar essa possibilidade em realidade. Mas para isso é preciso ganhar o conjunto da população para a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Portanto, a reforma agrária é uma proposta democrática e é uma luta que pode ser iniciada dentro do capitalismo, mas ela coloca em questão a hegemonia das classes dominantes, e abre espaço para a classe trabalhadora tomar a frente do processo histórico.

A reforma agrária deve ser vista como uma conquista política de alcance estratégico para o conjunto da classe trabalhadora. A defesa da legitimidade política para o conjunto da classe trabalhadora. A defesa da legitimidade política e da necessidade social se faz defesa do caráter social do uso do solo destinado a superar o estado de desnutrição e pobreza em que vive parte significativa do povo brasileiro. A burguesia e seus representantes parlamentares têm defendido sempre uma vaga noção de produtividade da terra e se escorado em uma defesa das terras ditas produtivas. Cabe à CUT levar ao conjunto da sociedade brasileira informações sobre o uso especulativo do solo e o caráter improdutivo das enormes áreas recenseadas como “pecuária”, como “reflorestamento” ou mesmo como “terras de lavoura”.

A estrutura agrária sempre teve como braço de apoio à política agrícola do governo, fundada em subsídios



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

ao latifúndio e às explorações extensivas. É importante questionar essa política agrícola na medida em que seu sustentáculo são os subsídios públicos, recursos que são desviados de funções sociais e encaminhados principalmente ao fortalecimento das grandes propriedades, aos projetos agropecuários voltados à exploração ou à produção de combustíveis.

Cabe, finalmente, compreender que a bandeira da reforma agrária sob o controle dos trabalhadores é uma bandeira que deve guiar o conjunto do movimento dos trabalhadores no sentido de conquistas gerais na sociedade. Não se trata de conseguir um assentamento aqui e outro ali. Nem se trata de desenvolver uma expectativa em torno de medidas governamentais. Ao contrário, para a CUT a reforma agrária deve ser sempre uma conquista do conjunto dos trabalhadores. É esta perspectiva que deve ser levada a cada mobilização de agricultores. É nessa perspectiva que devem ser organizados os acampamentos e os assentamentos.

É importante continuar com a política de aproximação e de trabalho conjunto com as entidades e movimentos organizados que atuam no campo, dentro dos princípios da CUT, e na medida que esse trabalho contribui para o avanço do movimento dos trabalhadores rurais. Neste particular, é importante ressaltar o respeito à autonomia e ao caráter dessas entidades. No entanto, muitas vezes a ação da CUT tem se limitado a um papel de apoio e de assessoria. Por isso, entendemos que o movimento dos trabalhadores sem-terra, dos acampados e dos assentados deve caminhar pela via sindical, ao lado das outras categorias de trabalhadores; entendemos que a CUT é direção política do movimento de todos os trabalhadores, e para isso é preciso trabalhar na prática, construindo a CUT nas mobilizações dos companheiros sem-terra nos acampamentos e nos assentamentos.

O papel da CUT nos assentamentos e nos acampamentos é relevante na medida em que é também o elo de ligação entre esta luta e as demais lutas da classe trabalhadora. A presença da CUT nas comunidades dos assentados e acampados conduz à discussão de formas coletivas de defesa contra a exploração e a expropriação capitalista, à preparação de formas alternativas de trabalho comunitário e coletivo, e o fortalecimento da luta pela terra. A presença da CUT nas comunidades rurais faz romper o isolamento tradicional do camponês. Faz a união dos trabalhadores do campo e da cidade e permite levar adiante nossa bandeira: reforma agrária sob o controle dos trabalhadores!



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





e) *As tarefas colocadas para a CUT*

Dois anos após o seu 1º Congresso Nacional, a CUT é hoje uma referência cada vez maior no sindicalismo rural do País. Acumulamos inúmeras vitórias em eleições sindicais, ampliando o quadro de sindicatos combativos alinhados à CUT. A implantação das secretarias rurais em vários estados vai se transformando em alternativas de articulação, organização e de formulação de propostas para as lutas no campo. Através de encontros estaduais e regionais de trabalhadores rurais e da Coordenação Nacional do Campo, conseguiu-se avançar em termos nacionais. Foi desta forma que a CUT conseguiu obter uma ação unificada com propostas próprias no 4º Congresso da Contag. A partir dele, a CUT saiu fortalecida e renovaram-se esforços de articulação e de organização em nível dos estados.

Em termos de seu posicionamento político em relação ao debate sobre a reforma agrária, a CUT foi uma referência fundamental, denunciando os objetivos reais da “Nova República” e afirmando uma linha classista, que procurava apontar as verdadeiras questões enfrentadas pelos trabalhadores rurais, deixando claro que somente com a própria força e organização dos trabalhadores é que as reivindicações seriam atendidas. Jogou também um peso fundamental na organização de diversas lutas pela terra, contra as barragens, por melhores preços de produção, nas lutas pela saúde etc.

A CUT também é responsável pela retomada em nível nacional da luta contra a violência no campo, imprimindo uma qualidade nova, que supera o nível da denúncia e parte para ações nos níveis jurídico e político articulados nacionalmente.

Porém, imensos desafios ainda estão colocados para que a CUT se implante no seio dos trabalhadores rurais como instrumento de unificação das lutas e reivindicações e como sua direção real, que possibilite aos trabalhadores do campo caminharem lado a lado do conjunto dos trabalhadores brasileiros na direção do fim da exploração e da dominação, rumo a uma nova sociedade.

Apesar de sua proposta política se mostrar correta nas questões gerais, não tem conseguido responder com bandeiras claras e propostas concretas de organização às diversas lutas existentes no campo: nas lutas pela

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

terra, dos assalariados, nas lutas contra a política agrícola, pela saúde, contra as barragens etc. Não bastam bandeiras gerais, de longo prazo. Elas apontam a direção em que devemos caminhar. Mas não bastam para indicar a estrada que nos leva até lá.

É preciso ter claro, em primeiro lugar, que enquanto trabalhadores rurais constituímos camadas diversas, cada qual com interesses imediatos próprios. Este quadro social mostra que a inserção da CUT no campo passa pela compreensão desta diversidade.

Só a partir desta compreensão é que poderemos contribuir para o avanço da organização e da consciência, e ao mesmo tempo conduzir o conjunto dos trabalhadores rurais a conquistas econômicas, sociais e políticas. É necessário, portanto, traçar políticas específicas de luta para os diversos segmentos de trabalhadores do campo.

Ao mesmo tempo, para se poder desenvolver um trabalho sólido e enraizado junto aos trabalhadores rurais e construir-se como direção a CUT precisa também suprir a falta de quadros liberados e capazes de desenvolver este trabalho, e a falta de condições materiais para responder às duras e exigentes condições de sua realização, prioritariamente no nível dos estados.

Portanto, o 2º Congresso Nacional assumiu a tarefa de:

- apontar a estratégia mais geral de construção e consolidação da CUT nas várias realidades e lutas em desenvolvimento no campo.
- definir as lutas prioritárias da CUT no campo.
- para cada propriedade, definir bandeiras a serem levadas pelo conjunto das CUTs, propostas concretas de organização e de unificação destas lutas e metas concretas a serem atingidas.
- estabelecer metas organizativas, em termos e estruturação das condições deste trabalho no interior da CUT.
- definir uma proposta de formação voltada para as direções e lideranças no campo, na perspectiva de formação de quadros dirigentes das lutas e da afirmação de uma consciência classista, que seja permanente e adequada à realidade do campo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003


AJUDA


SAIR

B) Prioridades e Plano de Lutas

O desafio maior colocado para a CUT junto às lutas no campo é o de implantar-se e consolidar-se como direção real das lutas dos camponeses e dos assalariados rurais, ao mesmo tempo em que procura imprimir uma perspectiva classista que aponte para a superação da sociedade capitalista.

Esta implantação deve ocorrer fundamentalmente através de propostas claras e mobilizadoras, que atendam às necessidades e reivindicações essenciais dos trabalhadores rurais. No interior das lutas que forem sendo travadas, a CUT deve investir todo o esforço na construção de organizações sólidas no nível da base, procurando não somente obter vitórias imediatas, mas ampliando e multiplicando a organização, a discussão e a direção coletiva das lutas. Só desta forma é que se criam as condições necessárias e possíveis de superar o imediatismo das lutas e partir para outras mais amplas, massivas e politicamente mais avançadas.

Neste sentido, o conjunto das resoluções do 2º Congresso da CUT retoma a bandeira da *reforma agrária sob o controle dos trabalhadores*, porém procurando entender com maior precisão as suas implicações, as propostas específicas de luta que devem ser desenvolvidas no seu interior, as propostas organizativas e as bandeiras mais gerais das lutas pela terra.

Desta forma, o 2º Congresso Nacional da CUT definiu que terá como prioridades em sua implantação no campo nos próximos anos:

- A reforma agrária sob o controle dos trabalhadores
- As lutas de resistência e de conquista
- As lutas dos assalariados
- A luta pelo fim da violência contra os trabalhadores rurais
- A luta por uma política agrícola que atenda aos reais interesses dos trabalhadores
- A formação permanente nas lutas e no trabalho organizativo de quadros dirigentes.

a) Reforma agrária sob controle dos trabalhadores (bandeiras gerais de luta)



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





“Sem reforma agrária não há paz.”

- Terra para quem nela vive e trabalha.
- Legalização imediata de todas as terras ocupadas pelos trabalhadores rurais.
- Fim da parceria e do arrendamento. A terra para meeiros, parceiros e pequenos arrendatários.
- Terra também para os assalariados.
- Áreas máximas para as propriedades rurais respeitando as deliberações das entidades dos trabalhadores rurais.
- Desapropriação imediata dos latifúndios sem indenização.
- Confisco das propriedades obtidas pela grilagem.
- Expropriação das terras das multinacionais. Fim da exploração de nossas riquezas pelas multinacionais.
- Demarcação imediata das terras indígenas, que sejam suficientes para os povos que nela habitam.
- Fim do extermínio dos povos indígenas.
- Reassentamento dos posseiros pobres em áreas próximas dentro da mesma região.
- Extinção imediata do GETAT e revogação das exposições de motivo nº 5 e nº 6 do Conselho de Segurança Nacional.
 - Fim dos incentivos e subsídios aos grandes projetos, revertendo estes recursos para a pequena propriedade produtora de alimentos.
 - Suspensão da construção das grandes hidrelétricas que traírem os interesses dos trabalhadores.
 - Estatização e coletivização das terras das empresas rurais, para assalariados, arrendatário e parceiros.
 - Solução imediata dos problemas dos projetos de assentamento, de colonização e dos acampamentos existentes.

Encaminhamentos para a luta pela reforma agrária

- A CUT reafirma sua decisão de apoiar, incentivar e organizar todas as formas legítimas de posse e uso

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

da terra feitas pelos trabalhadores rurais. A vida é um direito maior que todos os títulos de propriedade privada dos latifundiários.

- Encaminhar junto aos sindicatos urbanos a campanha de fundos para a reforma agrária: “*Doe uma hora de trabalho para a reforma agrária*”, para a implantação e sustentação da luta pela reforma agrária. A distribuição dos recursos se dará na base de 50% para o fundo nacional.

- *Elaborar* um projeto próprio de reforma agrária dentro de um prazo estipulado para ser apresentado como alternativa ao Estatuto da Terra e ao PNRA.

- Articular uma proposta que expresse a posição da CUT sobre a propriedade da terra para a defesa no Congresso Constituinte.

- Organizar para outubro uma caravana a Brasília das mulheres trabalhadoras rurais de vários estados para exigir do governo o reconhecimento da profissão de trabalhadora e a extensão de todos os direitos previdenciários.

- Promover caravanas para visitar áreas de conflito rural e urbanos.

- Realizar um “Encontro Nacional pela Terra e pela Vida”, chamando todas as entidades democráticas e partidos políticos.

- Propor que o dia 25 de *julho* seja considerado o Dia Nacional de Luta pela reforma agrária.

b) Propostas para a luta pela terra

Entendemos como sendo parte da grande luta pela terra as lutas de:

- *resistência*, que envolvem os posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários contra a grilagem, contra a expulsão pela pressão econômica, contra as barragens etc.

- *conquista*, que envolvem os camponeses sem terra, que lutam para obter a terra para viver e trabalhar.

- As lutas e movimentos por uma política agrícola voltada para o pequeno produtor de alimentos, isto é, por preços mínimos compensadores, por crédito a juros subsidiados etc., apesar de específicas, devem ser levadas



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





procurando relacioná-las como parte de uma mesma luta pela resistência na terra, já que sem condições de produção e comercialização o destino do pequeno produtor será o de perder sua terra.

Nas lutas de resistência, as prioridades são:

- as lutas contra a grilagem
- as lutas contra as barragens e instalação de grandes projetos governamentais que se chocam com os interesses dos trabalhadores.

Metas das lutas de resistência:

- a construção, em cada um dos conflitos e lutas, de uma direção coletiva;
- a conquista dos sindicatos nestas áreas;
- a articulação dos conflitos através da criação de comissões em nível estadual ou regional, com representantes das várias áreas de conflitos, que seja o espaço de unificação e direção destas lutas, rompendo o seu isolamento;
 - a elaboração de uma proposta específica para a realidade dos meeiros, parceiros e arrendatários, que responda às suas necessidades e que possibilite o trabalho organizativo junto a eles.

Propostas de luta para a resistência:

- a defesa coletiva da terra, através de mutirões, de plantio, de roçado, limpa e colheita;
- criação de formas coletivas de comercialização da produção diretamente aos consumidores;
- não aceitar as propostas de colonização em outros Estados ou de indenização da terra no caso de construção e barragens ou outros projetos públicos. Terra por terra na mesma região. Nos casos de hidrelétricas já em andamento, exigir uma alocação dos trabalhadores dotada de infra-estrutura.
 - a terra para quem nela vive e trabalha. A posse da terra para os meeiros, pequenos arrendatários e parceiros.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





- Devolução aos pequenos proprietários, das terras confiscadas pelos brancos.

Nas lutas de conquista, as prioridades são:

- a organização dos camponeses sem terra, meeiros, parceiros e posseiros com pouca terra em todo o país.

Metas das lutas de conquista:

- a construção de um movimento massivo e articulado nacionalmente pela conquista da terra;
- a realização de ocupações organizadas, capazes de resistir ao processo de desgaste que o governo tenta impor;
- a conquista dos sindicatos nas áreas de ocupações;
- a construção de direções representativas e coletivas em cada uma das ocupações;
- instaurar a discussão nas áreas já conquistadas e junto aos trabalhadores que estão se organizando sobre as formas coletivas de apropriação da terra de trabalho, de comercialização e consumo.
 - Unificação dos acampamentos e ocupações.
 - Unificação dos assentamentos.
 - Articulação das lutas dos sem-terra e dos assentados com as demais lutas dos trabalhadores rurais e urbanos.
 - Mobilização do conjunto da sociedade para a conquista da reforma agrária.

Propostas nas lutas de conquista:

- ocupações de terras ociosas e mal-proveitadas, sejam elas públicas ou particulares, de empresas nacionais ou multinacionais.
 - a terra ocupada não deve ser paga. Não se paga para ter de volta aquilo que nos foi tomado. Terra não se ganha, não se compra, se conquista;
 - a terra ocupada deve ser de todos. A posse ou propriedade deve ser coletiva. Ninguém pode vendê-la ou comprá-la.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





- que a terra seja garantida a todos que dela necessitam, sem discriminação incluindo os jovens e mulheres.

Propostas organizativas para as lutas de conquista:

- “organizar acampamentos como forma de pressão de sensibilização da sociedade de conquista da terra”;
- discutir antes das ocupações as formas de trabalho, de comercialização da produção e as instâncias de discussão e decisão na área conquistada;
- preparar antecipadamente o apoio, a divulgação e a sustentação econômica das ocupações;
- realização de ocupações simultâneas, em vários locais num mesmo estado no país;
- organizar os trabalhadores na conquista pela terra através de comissões nas delegacias e nos sindicatos.

c) A luta dos assalariados

O grande contingente de assalariados no campo e a marcada tendência a se multiplicar cada vez mais, de agora por diante, exige um tratamento diferenciado devido à importância que este segmento assume no cenário político, econômico e social da sociedade brasileira nos últimos anos.

Os assalariados estão dispostos por diversas regiões do país. Alguns destes já concentrados e trabalhando há bastante tempo como bóias-frias ou assalariados permanentes. Outros estão ainda em processo de formação, fruto do recente desenvolvimento capitalista.

Neste sentido, sem desprezar nenhuma região de concentração de assalariados, devemos priorizar a nossa ação nas regiões onde estes estejam mais concentrados e com algum grau de experiência de luta e organização acumuladas. Estas regiões são as seguintes:

- Nordeste – PE, AL, PB, BA.
- Sudeste – SP, RJ, ES, MG
- Centro-Oeste.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Metas para as lutas dos assalariados:

- conquista dos principais sindicatos em áreas de assalariados;
- unificação das campanhas salariais no Nordeste e Sudeste;
- ampliação dos assalariados nas direções das CUTs;
- implantação da CUT no seio dos assalariados rurais.

Propostas organizativas para os assalariados:

- criação de comissões de assalariados para planejar a intervenção da CUT nas campanhas salariais, discutindo e levando aos trabalhadores propostas próprias da CUT.
- criação de comissões junto aos trabalhadores temporários, nos bairros da periferia, nas vilas e nos povoados, que possam levar em períodos de entressafra, lutas de caráter social que sejam reivindicações destes trabalhadores. Colocando assim, a organização deste setor dos assalariados de forma permanente e não apenas nos meses de colheita.
- criação e fortalecimento de oposições sindicais nas áreas de assalariados com significativa participação destes.
- criação dentro dos sindicatos filiados à CUT de comissões específicas de assalariados.

Propostas imediatas de lutas:

- cumprimento dos acordos coletivos e dos direitos trabalhistas adquiridos;
- fim do intermediário na contratação do trabalho;
- transporte ao local de trabalho feito em ônibus das próprias empresas;
- não-contratação de crianças e mulheres gestantes em trabalho com agrotóxicos. Fornecimento de equipamentos de proteção individual, assim como exames médicos periódicos a cada seis meses;
- equiparação salarial do trabalho da mulher;

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

- 
- estabilidade mínima de um ano no emprego;
 - salário-desemprego;
 - salário mínimo real;
 - 40 horas semanais.

Proposta geral de luta dos assalariados:

No eixo destas reivindicações acima relacionadas, que visam a integrar e fortalecer os assalariados rurais, deverá ser colocada e propagandeada a *luta pela coletivização* das empresas rurais visando criar raízes de uma nova ordem econômica, política e social, como meta geral de luta de todos os trabalhadores.

d) Luta pelo fim da violência contra os trabalhadores rurais

Já de muito temos clareza que a violência contra os trabalhadores rurais tem raízes profundas na concentração da terra e na expulsão dos camponeses e conta com o apoio e a estrutura de poder existentes no país, desde o município até os mais altos escalões do governo federal. É uma *violência de classe*, dos latifundiários, empresas, policiais e autoridades contra os trabalhadores. É uma violência que seleciona os seus alvos, preferencialmente aqueles que se destacam na direção das lutas dos trabalhadores. É, ainda, uma violência cada vez mais organizada, comandada por entidades como UDR, PUR, UDPR e que utilizam os serviços de milícias privadas e empresas de pistolagem. O governo da “Nova República”, da mesma forma que os da ditadura militar, tem garantido a mais absoluta impunidade a estas organizações e aos crimes que cometem.

Como já colocamos, 216 trabalhadores rurais foram assassinados no campo. Em 1986, este número chegou, até maio, a 115. A “Nova República” já tem sob suas costas o assassinato de companheiros como Nativo da Natividade, padre Josimo Moraes Tavares e dezenas de outros trabalhadores e religiosos.

Recentemente pressionado pela reação da sociedade aos assassinatos de religiosos, o governo procura mostrar que está empenhado na sua apuração e disposto a eliminar a “violência no campo”, em regiões como o

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Bico do Papagaio. Está programada uma ação coordenada entre a Polícia Federal, Polícia Militar, SNI e Exército para uma “grande operação de desarmamento” na região. Esta proposta tem recebido apoio de vários setores da sociedade.

É preciso desmascarar a farsa que o governo tenta montar em torno da violência. Em primeiro lugar, a violência não tem dois lados, mas um só: o dos proprietários de terra que massacram os trabalhadores rurais. Segundo, a raiz da violência não está sendo tocada. Terceiro, esta “ação é coordenada” e pretende criar um imenso barulho para a opinião pública, mas que na verdade servirá, principalmente, para reprimir as lutas e a organização dos trabalhadores. Se o governo pretendesse realmente apurar e punir os crimes e a violência contra os trabalhadores, não o faria somente no caso do Padre Josimo. Poderia iniciar esclarecendo os massacres nas áreas do GETAT e GEBAM, os assassinatos de Margarida Maria Alves, Benezinho, Padre Ezequiel, Elói Ferreira e tantos outros. O governo tem as informações e reúne as condições para apurar esses crimes. Não pode fazê-lo por causa das relações políticas e pela cumplicidade com seus responsáveis. Portanto, a CUT deve prosseguir na denúncia da violência contra os trabalhadores rurais e buscar a completa apuração e punição de seus responsáveis. Mais do que isso, precisamos:

- reforçar a Campanha Nacional contra a violência no campo que, utilizando diversas formas e níveis de manifestação, denuncie amplamente o quadro de violência dos assassinatos de trabalhadores rurais e a impunidade generalizada que a cerca;
- apoiar, afirmar e defender todas as formas de resistência, de defesa dos trabalhadores rurais e de posse e uso da terra;
- denunciar a responsabilidade dos governos estadual e federal na omissão, na conivência e na impunidade que garantem aos assassinos e mandantes;
- repudiar qualquer ação que sirva de pretexto para reprimir a luta e a organização dos trabalhadores rurais;
- afirmar que não existe a “violência no campo”, mas sim a violência dos proprietários de terra contra os



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





trabalhadores rurais;

- denunciar as entidades como UDR, PUR etc., identificar seus membros e suas relações com os círculos do poder.
- elevar a capacitação de nossas lideranças e o grau de organização de nossas lutas e ferramentas, descobrindo formas concretas de enfrentar esta violência e garantindo a continuidade das nossas lutas.

Metas:

- denunciar amplamente a violência contra os trabalhadores rurais e indígenas, identificar seus principais responsáveis;
- avançar a luta no plano jurídico, desmascarando a farsa da justiça e a relação estreita entre latifundiários, empresários e governo nas violências cometidas e na sua impunidade;
- barrar a violência nas áreas de trabalho organizado, garantindo a segurança das direções, das lutas e das organizações dos trabalhadores, através do preparo e da capacitação de seus membros.

e) A luta pela política agrícola

O crédito rural, a política de aquisições do governo para os estoques reguladores e os incentivos fiscais à tecnificação têm sido um instrumento do governo para expropriar os camponeses, em proveito do grande capital industrial, agrário e financeiro. Essa política que vem do regime militar e é continuada pela “Nova República” tem levado ao empobrecimento dos pequenos produtores e à concentração ainda maior da propriedade fundiária. Para enfrentar esse problema temos levantado a bandeira de uma política agrícola que favoreça a produção de alimentos consumidos pela classe operária e que garanta, ao mesmo tempo, a sobrevivência econômica e social para o conjunto da classe operária. Por isso defendemos uma política agrícola voltada para os interesses dos pequenos produtores e sob o controle dos trabalhadores.

Lutamos ainda por uma nova política tecnológica, que implica:

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



- Lutar contra o uso indiscriminado e abusivo de agrotóxicos.
- Lutar pela imediata aprovação de lei federal que regule o licenciamento, a produção, a comercialização e a aplicação do agrotóxico com a participação dos trabalhadores.
 - Considerar a intoxicação dos trabalhadores assalariados e pequenos proprietários e seus familiares como “acidente de trabalho”, para todos os fins de direito e garantias sociais.
 - Lutar pela adoção de técnicas agrícolas alternativas que preservem o meio ambiente, adequada às necessidades da maioria da população, com estímulo a práticas agrícolas que respeitem as leis ecológicas (*grupos 1, 3 e 9*).

f) As tarefas de formação

A formação deve ser entendida como uma tarefa permanente, adequada à realidade do campo, voltada para a capacitação de quadros dirigentes das lutas camponesas e de assalariados, numa perspectiva classista de superação da sociedade capitalista.

A formação não deve ser entendida somente como um momento específico, como cursos ou encontros. Estes são momentos importantes e essenciais na formação político-sindical, mas não os únicos. Cada momento de luta e do trabalho de organização deve ter como preocupação fundamental ser também um momento de formação, de crescimento da consciência política dos trabalhadores e de suas direções.

A formação política no campo terá como preocupações básicas os seguintes pontos:

- dirigir-se prioritariamente aos dirigentes rurais das CUTs e às lideranças e direções das lutas pela terra e dos assalariados;
- a formação de quadros dirigentes destas lutas, através da sua instrumentalização teórica e da sua capacitação no planejamento e organização do trabalho de base e das lutas de massa;
- possibilitar uma visão histórica das lutas dos trabalhadores rurais e urbanos;
- a reprodução e multiplicação do processo de formação nas várias instâncias do movimento e da CUT;

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



- responder às necessidades de discussão colocadas pela conjuntura.

12 – Recomendações finais:

a) Sobre as novas tecnologias

- Desenvolvimento de tecnologias alternativas que preservem os recursos naturais e satisfaçam as necessidades básicas da classe trabalhadora.

b) Sobre a tributação:

A CUT deve encampar, em nível nacional, uma Campanha pela Reforma Tributária e Administrativa e pela Autonomia dos Municípios que garanta o rompimento com o centralismo dos recursos em nível da União, fruto do centralismo da ditadura militar e que continua subsistindo e sufocando os municípios brasileiros. Neste sentido a CUT deve discutir e formular uma proposta de reforma tributária e administrativa objetivando uma efetiva distribuição de renda em defesa dos interesses da classe trabalhadora e garantir a plena autonomia aos municípios para aplicarem os recursos sob o controle dos trabalhadores.

c) Sobre os meios de comunicação de massa:

- A extinção do (monopólio) da formação das redes de radiodifusão.
- A democratização da política de telecomunicações, permitindo-se que entidades sindicais e/ou comunitárias, rurais ou urbanas possam obter concessões de canais de rádio ou de televisão.

d) Sobre a extinção do CISE e da SEST:

A CUT dará integral apoio aos trabalhadores em empresas estatais na luta pela extinção do CISE (Conselho Interministerial de Salário das Estatais) e da SEST (Secretaria de Controle das Estatais).

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





e) Sobre a unificação das datas-base:

Dar todo apoio à luta pela unificação das datas-base e às campanhas salariais unificadas.

f) Sobre a revogação de decretos-leis:

Fazer uma campanha pela revogação dos seguintes decretos-leis: 1971, 2037, 2100, 81.240, 89.253, 92.991 e 92.992.

g) Sobre a reforma urbana:

- Uma política real de taxação de terrenos urbanos ociosos com vistas à eliminação dos vazios urbanos para usos produtivos de utilização social, canalizando os recursos assim obtidos para programas de interesse coletivo:
 - A desapropriação para fins sociais de terras urbanas pagas com títulos da dívida pública, devendo-se definir o uso coletivo e o uso local, sem agregar no seu preço a valorização decorrente dos investimentos públicos na área;
 - Definição de novas formas de acesso à terra urbana, entre as quais a propriedade coletiva e cooperativa;
 - A definição de direito de superfície, desvinculando o direito de propriedade do direito de construir;
 - Criação da figura do *usucapião especial* também para as áreas urbanas com interesse social;
 - Controle democrático de formação e gestão de estoques de terras urbanas para fins, habitacionais ou de desenvolvimento urbano;
 - Direito à habitação, infra-estrutura e serviços urbanos, e um meio ambiente digno;
 - Participação da população em todos os níveis de decisão.
 - A CUT deve encaminhar a todos os sindicatos de serviços urbanos e áreas afins a proposta de se organizar um encontro nacional, para outubro, com o objetivo de avançar na organização e concepção da luta

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



pela reforma urbana. A CUT deve procurar atrair os movimentos populares urbanos para este objetivo.

h) Sobre as empregadas domésticas:

A CUT deve lutar pela não discriminação das empregadas domésticas no novo Código de Trabalho.

i) Sobre diversas questões:

- que a CUT se pronuncie sobre a situação dos mineiros;
- que a CUT denuncie a pesca predatória das grandes empresas e tome como suas as reivindicações dos pescadores;
- que a CUT assuma a denúncia da devastação dos seringais e a luta pela preservação dos recursos florestais e minerais da Amazônia.

SOBRE A NOVA ESTRUTURA SINDICAL

1. Fundamentação básica

A) A velha estrutura sindical fascista que não queremos

a) É sabido que a chamada Revolução de 1930 criou as condições políticas e inconstitucionais para acelerar o processo de expansão capitalista no Brasil. De um lado, a partir de 1930, os sucessivos governos intervieram na economia para criar bases que facilitariam a expansão das empresas (grandes conglomerados nacionais e internacionais) de outro, buscaram controlar o movimento sindical criando, assim, condições para intensificar a exploração dos trabalhadores sem a resistência destes. Até 1930 os trabalhadores eram livres para se organizarem como entendessem. Os trabalhadores é que determinavam seus Estatutos, a forma de sustentação financeira.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



b) Visando controlar a organização dos trabalhadores é que foi promulgado em 1931 por Getúlio Vargas, o Decreto-Lei nº 19.770. Pelo enquadramento sindical que passava a vigorar, o conjunto de trabalhadores de uma mesma empresa era distribuído por dezenas de sindicatos com datas-base diferenciadas.

c) Nós sabemos que uma empresa em seu funcionamento vai criando especificações e diversificações, buscando com isto o máximo lucro e produtividade. É claro que todos os trabalhadores contribuem dentro de sua especialidade para aumentar o lucro e a rentabilidade da empresa. A unidade dos trabalhadores da empresa se dá porque todos (os operários de produção, engenheiros, assistentes sociais, vigilantes etc.) são explorados pelo mesmo capital. Se o capital os reuniu no mesmo local de trabalho para explorá-los é lógico que eles estivessem reunidos no mesmo sindicato para lutar contra a exploração. Para evitar isso historicamente os patrões, através do Estado (Decreto-Lei nº 19.770 de 1931 e a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943), dividiram os trabalhadores de uma mesma empresa em diversos sindicatos com datas-base diferentes.

d) Dividiram o conjunto de trabalhadores de uma mesma empresa segundo as categorias com datas-base diferenciadas e com sindicatos por município, preferencialmente. Se tomarmos, por exemplo, o setor metalúrgico, veremos que cada grupo profissional pertence a um sindicato, podendo ter neste setor até 30 sindicatos, apesar de o patrão ser o mesmo (os donos da metalúrgica). Ademais criaram mil dificuldades para as categorias se organizarem em sindicato, para os trabalhadores realizarem assembleias, greves, inventaram funções assistenciais para o sindicato e o transformaram em órgão do Estado, principalmente através do imposto sindical.

e) Ao dividir os trabalhadores por categoria com sindicatos por municípios e datas-base diferenciadas, os padrões e o governo enfraqueceram nossa organização e estrutura. Cada categoria, ou seja, cada sindicato precisa ter mimeógrafo, off-set ou rotativa, máquinas de escrever, departamento de imprensa, dispersando esforços humanos e econômicos que poderiam estar concentrados no sindicato por ramo de atividade econômica.

f) Portanto, no Brasil no início da década de 1930, inspirado no corporativismo fascista italiano, o Estado instituiu, apesar da resistência operária, a estrutura sindical oficial que chega praticamente intacta até os dias de hoje. Os princípios que sustentaram esta estrutura sindical durante todos esses anos e que definem sua natureza



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

poderiam ser resumidos da seguinte forma:

- O corporativismo sindical, inspirado na “Carta del Lavoro” do fascismo italiano.
- Uma estrutura rigidamente vertical, onde a cada setor da produção corresponde uma organização uniforme para patrões e trabalhadores, e hierarquizada em três instâncias: sindicatos, federações e confederações;
 - A conciliação dos interesses de classe, assegurada através de inúmeros instrumentos, e pela definição mesma do sindicato como instituição mista de direito público e privado, o que legitimaria os mais diversos mecanismos de controle e restrições pelos poderes públicos;
 - A dependência e o controle do Estado através das formas mais diferenciadas:
 - a) Autorização prévia para o reconhecimento do sindicato;
 - b) Enquadramento sindical prévio;
 - c) Proibição de criar Central Sindical;
 - d) A ingerência do Estado na vida administrativa e financeira;
 - e) A possibilidade da intervenção do poder executivo no sindicato e o direito de cassação do mandato de diretorias;
 - f) A contribuição sindical obrigatória e regulamentada pelo Estado;
 - g) Controle das eleições sindicais;
 - h) Limitações no direito de sindicalização.
 - O assistencialismo como elemento fundamental da prática sindical.

A partir do acima exposto, podemos concluir que não foram legitimadas as formas organizativas livres gestadas pelo movimento operário, mas tratou-se de estruturá-la a partir do Estado, articulando-se mecanismos de controle e repressão que se tornam ao longo da história mais eficazes em função direta do crescimento das lutas.

Como já assinalamos, esta estrutura sindical se mantém até hoje inalterada. A CUT tem se empenhado em combater esta estrutura sindical e lutado pela ratificação da Convenção 87 da OIT, pois entende que este é o



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

caminho para iniciar um novo processo de construção de sindicatos livres autônomos. O governo da Nova República não tomou qualquer atitude significativa em relação à liberdade e autonomia sindical, assim como o Congresso Nacional, onde o governo tem a maioria absoluta, não ratificou a Convenção 87. É importante salientar que ainda na ditadura militar, em agosto de 1984, a Câmara dos Deputados já se posicionou favoravelmente sobre esta questão.

Esta atitude contrária à ratificação da Convenção 87 conta hoje com o apoio da classe patronal, do governo e de setores encastelados na estrutura sindical atual que estão amparados na existência do imposto sindical que fundamenta o imobilismo político, o distanciamento das bases e até mesmo a corrupção.

É com base nesta estrutura sindical fascista que hoje os trabalhadores brasileiros estão sendo violentados em seus direitos sindicais. O instrumento das cassações de diretorias de sindicatos hoje é utilizado de uma forma nova, mais ampliada e mais severa por parte dos patrões e do governo em relação aos operários urbanos do setor privado e público: ocorrem cassações de lideranças de base através do processo de demissões seletivas, de processos criminais contra dirigentes sindicais, de pressão e punição sobre os sindicalizados.

B) Nosso objetivo básico

Todos nós concordamos que a estrutura sindical fascista que está aí deve ser extinta. Todos nós concordamos que, por outro lado, devemos criar uma estrutura sindical que esteja de acordo com a vontade, interesses e necessidades organizativas dos trabalhadores. A nova estrutura sindical não deve permanecer no papel. Nosso objetivo básico é desencadear um processo que garanta a sua real implantação. Nosso esforço, portanto, deverá caminhar no sentido de criar todos os mecanismos e condições para implantar a nova estrutura sindical. Este já foi o espírito da resolução do 1º Congresso Nacional da CUT quando aprovou “que a Direção Nacional crie os mecanismos, as formas e as condições para a implantação dessa estrutura sindical em nível nacional”.

C) Implantar a estrutura sindical sem a interferência do Estado



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Nosso pronto de partida é a defesa, a ratificação e a concretização do princípio da *Liberdade e Autonomia Sindical*, tanto para os trabalhadores do setor privado como do setor público contidos na *Convenção 87 e 151* da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Hoje, no Brasil, há quem se posicione contra a ratificação da *Convenção 87 e 151*.

Sabemos que a conquista da *Liberdade e Autonomia Sindical* será fruto de nossa luta e de nossa força. Este foi o caminho da construção da CUT. Os trabalhadores passaram por cima da lei sindical fascista criando a CUT e tornando-a seu instrumento de luta e seu órgão de representação máximo. Da mesma forma deverá ser com a implantação da nova estrutura sindical aprovada pelo Congresso Nacional. Devemos criar todas as condições para colocá-la em prática.

Nossa posição é clara: não queremos que o Estado (seja através do poder Executivo, seja através do Legislativo) imponha uma outra estrutura sindical e nem se dê o direito de aprovar ou vetar uma estrutura sindical. Nós queremos que seja respeitado o direito dos trabalhadores de se organizarem de forma livre e autônoma. Combateremos também a tese de que esta questão deva esperar pela Constituinte. Também não aceitamos que a estrutura sindical aprovada no Congresso Nacional da CUT deva ser negociada com os mecanismos da estrutura sindical fascista que está aí. Em resumo, não aprovamos uma nova estrutura sindical para ser colocada em apresentação no Congresso Nacional em Brasília, nem para ser apreciada pela Constituinte e nem para ser negociada com a velha estrutura sindical. Aprovamos uma estrutura sindical para implantá-la.

D) A nova estrutura sindical da CUT para todos os trabalhadores brasileiros

A nova estrutura sindical aprovada pelo 2º Congresso Nacional da CUT reflete todo o acúmulo dos anos de luta contra os pelegos e a estrutura fascista que favorece sua existência, bem como reflete também o espírito da unidade na luta do movimento sindical como única forma de enfrentar a burguesia e seu governo.

Esta estrutura deverá ser implantada o mais imediatamente possível, de acordo com cada realidade, pelos sindicatos já filiados à CUT e deveremos, ao mesmo tempo, trabalhar nas bases dos sindicatos com direções



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



pelegas ou atrasadas para ganhar esses sindicatos para a CUT ou, quando menos, fazê-los avançar pela pressão das bases e abandonar os velhos métodos e estrutura fascista.

E) O que deve ser garantido na lei

Pelo acima exposto, fica claro que não querem que o Estado interfira na organização sindical dos trabalhadores. Isto não quer dizer que abrimos mão das garantias sindicais a serem consignadas em lei. Do ponto de vista da legislação, defendemos o seguinte:

a) A Constituição Brasileira deve garantir

- a liberdade e autonomia sindical, conforme a Convenção 87;
- A estabilidade no emprego para quem tem mandato sindical, em qualquer instância, até 1 (um) ano após o cumprimento do mandato.
- Anistia a todos os dirigentes sindicais cassados e demitidos.
-

b) A lei ordinária deve garantir o exercício dos seguintes direitos:

- Estabilidade no emprego para todos os membros concorrentes às eleições sindicais pelo período de 1 (um) ano;
- Estabilidade aos membros da comissão coordenadora do processo eleitoral pelo período de 1 (um) ano;
- Garantia de criação e funcionamento de comissão de empresa independente da estrutura sindical, com estabilidade no emprego e condições de funcionamento dentro da empresa;
- Garantia de tempo livre (dois terços da jornada de trabalho) para todos os membros dos organismos dos trabalhadores dentro da empresa para o exercício de seu mandato.
- Desconto em folha de pagamento de todas as contribuições sindicais definidas pelo sindicato;
- Livre circulação dos dirigentes sindicais nos locais de trabalho;





- Livre divulgação de toda propaganda sindical nos locais de trabalho;
- Garantia de realização de assembléias dentro das empresas durante o período de trabalho;
- Remuneração normal para todos os trabalhadores que participarem de atividade sindical dentro e fora da empresa.
- Garantia de um espaço próprio no local de trabalho para o sindicato.

2. Princípios para a nova estrutura sindical, sua forma organizativa e seu funcionamento

Capítulo I – Do princípio da liberdade e autonomia sindical

Artigo 1º: Liberdade e autonomia sindical.

A estrutura sindical garantirá a mais ampla liberdade sindical em todos os locais de trabalho, em todas as instâncias e em todas as formas de relacionamento e solidariedade nacional e internacional.

O sindicato será soberano em suas decisões e manterá autonomia em relação ao Estado, à classe patronal, aos partidos políticos, aos credos religiosos e às concepções filosóficas.

Artigo 2º: Sindicato classista e de luta.

Dentro da realidade de conflito de classes em que vivemos, o sindicato será um instrumento de luta dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações e objetivos históricos, combatendo a política de colaboração de classes e não compactuando com planos de governo contrários aos interesses dos trabalhadores. O sindicato se constitui num instrumento de luta para unificação dos trabalhadores desde os seus locais de trabalho até sua instância máxima. A *unidade* deve ser garantida pela força política e pelo avanço da consciência da classe trabalhadora na sua luta contra a exploração patronal. Neste sentido, negamos a *unicidade* sindical que é imposta pela lei.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

O sindicato organizado desde a base manterá a unidade na luta contra a exploração patronal. O sindicato buscará a sindicalização dos trabalhadores como forma de fortalecimento político da luta sindical, fortalecimento da organização e da autonomia financeira.

Artigo 3º: Organização sindical.

O sindicato será organizado por ramo de atividade econômica (no setor agropecuário, industrial e serviços), tendo como meta a aglutinação de atividades afins num mesmo sindicato. Na medida do possível, a organização sindical deve ampliar a sua base geográfica visando à desmunicipalização do sindicato. Os profissionais liberais devem buscar se unir sindicalmente ao ramo de atividade a que pertencem, podendo, como medida transitória, se associar aos sindicatos profissionais já existentes ou ao sindicato do ramo a que pertencem. Os sindicatos poderão criar, de acordo com as suas necessidades, mecanismos específicos para tratarem de problemas específicos. Os trabalhadores criarão suas formas de organização, desde os locais de trabalho até os seus órgãos máximos. Todos os trabalhadores terão sua organização sindical, tanto no setor privado como no setor público. As assembleias dos sócios decidirão sobre os Estatutos obedecendo a princípios e normas básicas aqui expostos.

Artigo 4º: Ação sindical.

O sindicato desenvolverá uma ação sindical de combate sistemático a todas as formas de exploração, tanto na cidade como no campo, utilizando todas as formas de luta que achar oportunas e que busquem reais conquistas econômicas, políticas e sociais.

Artigo 5º: Eleições sindicais.

Todas as eleições serão livres e democráticas, garantindo-se iguais condições para todos os concorrentes. As eleições serão diretas para a comissão de base e sindicato de base. As eleições para as instâncias superiores poderão ser realizadas pela forma direta ou por congresso, conforme seus Estatutos. As eleições sindicais serão



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

coordenadas por mecanismos criados pelos próprios trabalhadores, em suas diversas instâncias, garantindo-se a democracia conforme definida nesta carta de princípios.

Artigo 6º: Sustentação financeira.

O sindicato e demais instâncias criarão formas de sustentação financeira que garantam o desenvolvimento da luta, a solidez de sua organização e o avanço da consciência da classe. Todas as formas impostas pelo Estado ou outras formas de sustentação financeira que comprometam a autonomia sindical deverão ser abolidas e rejeitadas. A assembléia de trabalhadores ou o Congresso, no caso das instâncias superiores, serão soberanos para decidir como arrecadar fundos, como distribuí-los pelos diversos itens do plano de ação sindical e como fazer a prestação de contas.

Artigo 7º: Democracia.

Não há independência sindical real frente aos patrões e ao governo sem o exercício da mais ampla democracia sindical. Neste sentido, a estrutura sindical deve ser instrumento regido pela mais ampla democracia da classe trabalhadora em todos os níveis, em todos os organismos e instâncias, garantindo desta forma a mais ampla liberdade de expressão das correntes de opinião internas e mantendo a unidade de ação.

Capítulo II – Normas básicas sobre as instâncias sindicais, as funções, os órgãos de decisão, as eleições e a duração do mandato

Artigo 8º: Sobre a comissão sindical de base.

§ 1. Constituição da comissão sindical de base: em cada local de trabalho será criada uma comissão sindical de base tendo como referência, para a sua composição numérica, o número total de trabalhadores. Os trabalhadores do local de trabalho, juntamente com o sindicato, decidirão sobre a composição numérica da comissão sindical de base.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

§ 2. As funções da comissão sindical de base serão as seguintes:

- a) representar os trabalhadores no local de trabalho;
- b) levar a política sindical do sindicato de base dentro da empresa, garantindo as resoluções dos congressos, assembléias e plenárias;
- c) promover a sindicalização;
- d) garantir o cumprimento dos acordos coletivos celebrados;
- e) levar para dentro da empresa todo o material de propaganda do sindicato, de suas campanhas e do seu plano de ação;
- f) Participar da plenária do sindicato de base;

§ 3. Os órgãos de decisão da comissão sindical de base serão os seguintes:

- a) Assembléia dos trabalhadores do local de trabalho;
- b) Direção: coordenador, vice-coordenador e secretário, podendo a direção criar outros cargos que achar convenientes.

§ 4. As eleições sindicais para a comissão de base serão realizadas da seguinte forma:

- a) Votam os sindicalizados maiores de 16 anos, em dia com as suas obrigações e que tenham se associado até a publicação do edital que convoca as eleições;
- b) podem ser votados os sindicalizados maiores de 16 anos, em dia com suas obrigações e com, pelo menos, seis meses de sócios;
- c) as eleições serão feitas através de chapas ou de listas, sendo vencedor quem obtiver maior número de votos válidos recolhidos;
- d) Para que a eleição seja válida, será necessário alcançar um quórum de 50% mais um dos votantes para todos os escrutínios.
- e) as eleições sindicais serão coordenadas, desde a sua convocação até a tomada de posse da nova direção, por uma comissão eleitoral, escolhida pela assembléia dos trabalhadores do respectivo local de trabalho;



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





- f) ocorrendo problemas de impasses que não puderem ser resolvidos pela comissão eleitoral, esta deverá convocar assembléia para decidir;
- g) a eleição será de forma direta;
- h) o edital de convocação das eleições será publicado no prazo de noventa dias antes do término do mandato da diretoria que deixa o cargo.

i) o prazo para a tomada de posse será de quinze dias, no máximo.

§ 5. O mandato da comissão sindical de base será de dois anos.

Artigo 9º: Sobre a delegacia sindical rural.

§ 1. Constituição da delegacia sindical rural: a delegacia sindical rural reunirá, organizadamente, o conjunto de trabalhadores rurais assalariados e de pequenos proprietários, de um ou mais bairros rurais.

§ 2. As funções da delegacia sindical:

- a) representar os trabalhadores de sua delegacia sindical;
- b) coordenar as atividades da delegacia sindical;
- c) levar as deliberações dos congressos, plenárias, assembléias e Estatutos do sindicato;
- d) participar das instâncias superiores de acordo com as deliberações estatutárias.

§ 3. Os órgãos de decisão da delegacia sindical rural:

- a) Assembléia geral da delegacia sindical;
- b) Direção, com executiva.

§ 4. As eleições para a direção da delegacia sindical rural serão feitas da seguinte maneira:

- a) Votam todos os sindicalizados maiores de 16 anos, que estejam em dia com as suas obrigações para com o sindicato e que tenham se associado até a data das eleições;
- b) Podem ser votados todos os sindicalizados de 16 anos e com, pelo menos, seis meses de sócio. Para os cargos executivos, serão candidatos somente os de maior idade;

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- c) As eleições serão feitas através de chapas, sendo vencedora a que obtiver maior número de votos válidos recolhidos;
- d) Para que a eleição seja válida, será necessário alcançar um quórum de 50% mais um dos votantes, em qualquer dos escrutínios;

As eleições sindicais serão coordenadas a partir do momento do encerramento das inscrições das chapas, por uma comissão igualitária de membros indicados pelas chapas concorrentes, **a) podendo ser ou não da chapa. Em caso de empate no número de membros da comissão igualitária, esta deverá indicar um nome de consenso para compor a comissão. Não havendo consenso, a comissão deve convocar uma assembléia que decidirá sobre o nome a ser incorporado à comissão igualitária;**

b) A comissão igualitária garantirá as condições de igualdade às chapas concorrentes. Tais condições de igualdade constarão de normas eleitorais no Estatuto do sindicato, que regerá a delegacia sindical. A comissão igualitária deverá executar rigorosamente as normas eleitorais. Após ter dado posse à nova diretoria, termina a missão da comissão eleitoral igualitária, extinguindo-se;

- c) A eleição para a delegacia sindical será direta;
- d) O edital de convocação para as eleições sindicais da delegacia sindical deverá ser publicado e divulgado amplamente a toda base da delegacia, no prazo de noventa dias antes do término do mandato da diretoria que deixa o cargo;
- e) O prazo para a tomada de posse da nova diretoria será de, no máximo, quinze dias, não podendo ultrapassar o mandato da diretoria anterior.

§ 5. A duração do mandato da diretoria sindical rural será de três anos.

Artigo 10º: Sobre o sindicato de base.

§ 1. Constituição do sindicato de base: em cada ramo de atividade econômica (no setor agropecuário, industrial e serviços) os trabalhadores organizarão o seu sindicato de base, podendo ser de abrangência municipal,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

intermunicipal, estadual, interestadual, e nacional, sendo que se deve ter como meta a desmunicipalização do sindicato. Os trabalhadores profissionais liberais deverão se organizar de acordo com o estabelecimento no art. 3º. No caso dos trabalhadores urbanos autônomos, será criado o sindicato de base aglutinando ramos de atividades afins. No caso dos trabalhadores aposentados, será criado o sindicato de base dos aposentados, reunindo todos os aposentados sem distinção de seu ramo de origem.

§ 2. As funções do sindicato de base serão as seguintes:

- a) representar os trabalhadores em sua base;
- b) celebrar os acordos coletivos, respeitadas as demais instâncias; tais acordos serão extensivos a todos os trabalhadores;
- c) elaborar e levar o seu plano de ação sindical para o conjunto dos trabalhadores de sua base;
- d) coordenar as atividades do conjunto das comissões sindicais de base;
- e) dirigir o conjunto de sua base dentro das deliberações de seus congressos, assembleias, plenárias e Estatutos;
- f) participar das instâncias superiores dentro das deliberações dos congressos e assembleias, plenárias e Estatutos.

§ 3. Os órgãos de decisão do sindicato de base serão os seguintes:

- a) Congresso; b) Assembleia Geral; c) Plenária; d) Direção Executiva; e) Conselho Fiscal.

Observação: dentro de cada sindicato de base, poderão ser criadas secretarias específicas de acordo com as necessidades e problemas específicos.

§ 4. Os órgãos de decisão serão assim compostos:

- a) Do congresso do sindicato de base participam: os membros da direção do sindicato, os membros da direção da delegacia sindical rural (no caso do campo), uma proporção de membros das comissões sindicais de base e de trabalhadores de base eleitos em assembleia. Esta proporção deve ser estabelecida pelos Estatutos do sindicato de base;



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



b) A direção com executiva e o conselho fiscal devem ser definidos no Estatuto do sindicato de base em relação à sua composição numérica;

c) A plenária do sindicato de base será composta pelos membros da sua direção, pelos membros da delegacia sindical rural (no caso de campo) e por um número proporcional de membros das comissões sindicais de base, a ser definido pelos Estatutos.

§ 5. As eleições sindicais, para a escolha da direção do sindicato de base, serão realizadas da seguinte maneira:

a) Votam todos os sindicalizados maiores de 16 anos que estejam em dia com as suas obrigações e que tenham se associado até a data da publicação do edital de convocação das eleições;

b) Podem ser votados os sindicalizados maiores de 16 anos, em dia com suas obrigações, com pelo menos seis meses de sócios. Para os cargos executivos será exigida maioria;

c) As eleições serão feitas através de chapas, sendo vencedora a que obtiver maioria simples de votos válidos, observando-se o quórum de 50% mais um;

d) Para que a eleição seja válida será necessário alcançar um quórum de 50% mais um dos votantes em qualquer dos escrutínios;

e) As eleições sindicais serão coordenadas a partir do momento do encerramento das inscrições das chapas, por uma comissão igualitária de membros indicados pelas chapas concorrentes, podendo ser ou não da chapa. Em caso de haver empate no número de membros da comissão igualitária, esta deverá indicar um nome de consenso para compor a comissão. Não havendo consenso, a comissão deve convocar uma assembléia dos sócios, que decidirá sobre o nome a ser incorporado à comissão igualitária;

f) A comissão igualitária garantirá as condições de igualdade às chapas concorrentes. Tais condições de igualdade constarão das normas eleitorais do Estatuto do sindicato de base. A comissão igualitária deverá executar rigorosamente tais normas eleitorais. Após ter dado posse à nova diretoria, termina a missão da comissão eleitoral igualitária, extinguindo-se;

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





- g) A eleição para a direção do sindicato de base será direta;
- h) O edital de convocação para as eleições sindicais será publicado e divulgado amplamente em toda a base do sindicato, no prazo de 90 dias antes do término do mandato da antiga diretoria;
- i) O prazo para a tomada de posse da nova diretoria eleita será de 15 dias no máximo, não podendo ultrapassar o mandato da antiga diretoria.

§ 6. A duração do mandato, do sindicato de base, será de três anos.

Artigo 11º: Sobre os departamentos profissionais.

§ 1. Serão criados departamentos profissionais por ramos de atividades em nível nacional.

§ 2. Os departamentos profissionais estarão sob a orientação política da Direção Nacional da CUT, constituindo-se, dessa forma, como órgãos dentro da CUT e sob a Direção da CUT.

§ 3. O departamento profissional terá uma comissão profissional composta por todos os membros da direção pertencentes ao ramo de atividade. A comissão profissional terá no mínimo cinco membros. No caso de ramos profissionais não estarem representados na Direção Nacional, o encontro nacional de departamento profissional indicará a comissão.

§ 4. O mandato da Comissão Profissional e do Coordenador Geral da Comissão será de dois anos, terminando junto com o término do mandato da direção que a empossou.

§ 5. Cada departamento profissional realizará seu encontro nacional de departamento profissional com o objetivo de:

- a) Discutir a sua implantação;
- b) Discutir os critérios de participação nos encontros do departamento profissional;
- c) Discutir o encaminhamento das campanhas nacionais de luta da CUT;
- d) Discutir e elaborar um Plano de Luta específico para o seu ramo profissional em nível nacional;
- e) Indicação da comissão profissional e do coordenador geral da comissão.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Funções do departamento profissional:

- a) Organizar e desenvolver as atividades da CUT nos ramos e atividades;
- b) Organizar e formar os cutistas para atuarem nas campanhas salariais e no cotidiano dos ramos de atividades;
- c) Organizar os cutistas para conquistar os sindicatos quando das eleições;
- d) Desenvolver e fortalecer a consciência de classe em todos os ramos de atividades;
- e) Em base aos acordos nacionais conquistados pela Central, celebrar acordos especiais.

§ 7. Cada departamento profissional, de acordo com as suas características e necessidades, poderá criar comissões de trabalho nos diversos estados. Tais comissões de trabalho devem se integrar ao plano de trabalho da CUT Estadual. Em nível das comissões de trabalho nos estados além dos membros da Direção Nacional, participarão os membros da Diretoria da CUT Estadual que pertençam ao ramo profissional.

§ 8. Os departamentos profissionais serão acompanhados permanentemente pela Secretaria de Política Sindical da CUT Nacional com o fim de implementar a sua estruturação, consolidação e integração geral na CUT.

§ 9. Cada departamento profissional, de acordo com as suas possibilidades, terá que dar sustentação financeira às suas atividades. A CUT Nacional complementará esta sustentação.

Artigo 12º: Sobre a Central Única dos Trabalhadores.

Em nível de central dos trabalhadores serão obedecidas as deliberações do Congresso da CUT, formuladas em seus Estatutos nos níveis nacional, estadual e regional.

Capítulo III – Normas básicas sobre a sustentação financeira

Artigo 13º

As assembleias de trabalhadores dos sindicatos de base e os respectivos congressos das diversas instâncias

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





superiores deverão decidir sobre as formas de arrecadação financeira, sobre a aplicação e administração dos recursos financeiros e sobre a forma de prestação de contas, preservando o princípio exposto no item. Deverão ser buscadas formas alternativas de sustentação financeira como:

- a) desenvolver uma política de abolição do setor assistencial do sindicato;
 - b) racionalizar os recursos dos sindicatos implantando projetos conjuntos em itens que são comuns a todos;
 - c) aumentar as contribuições junto aos trabalhadores: mensalidades, acordos coletivos e acordos específicos etc.
 - d) garantir o desconto em folhas de pagamentos de todas as contribuições decididas pelo sindicato;
- Observação:* abolição já, do impacto sindical, tolerando-se apenas os doze meses previstos entre a ratificação da Convenção 87 e sua implantação.

Capítulo IV – Normas básicas sobre o Estatuto sindical

Artigo 14º

Os Estatutos do sindicato de base serão elaborados e aprovados pelas respectivas assembleias dos sócios, tendo como referência os princípios e as normas básicas aqui expostas. A comissão sindical de base será regulamentada pelo Estatuto do sindicato, obedecendo-se aos princípios e normas básicas aqui expostas.

Capítulo V – Normas básicas sobre o enquadramento sindical

Artigo 15º

O enquadramento sindical será feito por ramo de atividade econômica (setor agropecuário, setor industrial e de serviços), tanto no setor privado como no setor público, podendo o sindicato ser de base municipal, intermunicipal,





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

estadual, interestadual e nacional, tendo-se como meta a desmunicipalização do sindicato. Quando, numa empresa, houver trabalhadores de diversos ramos de atividades econômicas, deve prevalecer o ramo de atividade principal. Em caso de dúvida, os trabalhadores decidirão em assembléia a que sindicato se filiar.

A Direção Nacional da CUT orientará e auxiliará na tarefa do enquadramento sindical, reunindo todos os dados técnicos necessários, ouvindo as assembléias de trabalhadores, os estudos e opiniões das direções sindicais de todas as instâncias e de todos os ramos de atividades econômicas. Os casos de dúvidas ou de conflitos serão resolvidos pela Direção Nacional em conjunto com as partes.

Como referência básica para o enquadramento sindical será considerado o quadro geral de atividades econômicas abaixo, com os respectivos critérios:

§ 1. *Ramo de atividade econômica agropecuária.* Serão enquadrados como trabalhadores rurais todos os assalariados rurais e todos os que exercem atividades rurais em regime de produção familiar e que não explorem mão-de-obra de forma sistemática. Quem assalaria mão-de-obra de forma sistemática e cobra renda, não pode participar do mesmo sindicato que os trabalhadores rurais.

§ 2. *Ramo de atividade econômica industrial.* Serão enquadrados como trabalhadores na indústria todos os assalariados dos diversos ramos de atividades industriais.

§ 3. *Ramo de atividade econômica do comércio e serviços.* Serão enquadrados como trabalhadores no comércio e serviços todos os assalariados dos ramos de atividades do comércio e dos serviços.

§ 4. *Ramo dos inativos.* Serão enquadrados como aposentados todos os trabalhadores do conjunto dos ramos de atividades econômicas, independentemente do seu ramo de origem, que não mais exerçam a sua atividade por motivo de aposentadoria. O sindicato de base dos trabalhadores aposentados reunirá, num mesmo sindicato, trabalhadores das diversas atividades de origem aglutinando um número expressivo de trabalhadores.

§ 5. *Ramo de atividades de serviços públicos.* Serão enquadrados como trabalhadores funcionários públicos todos os assalariados municipais, estaduais e federais. Os trabalhadores funcionários públicos poderão organizar seus sindicatos de base pelos seus respectivos níveis: municipal, estadual e federal. No caso de sindicato de



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

base dos trabalhadores funcionários públicos municipais, sua base pode abranger várias prefeituras próximas e que reúnem um determinado número expressivo de trabalhadores. No caso dos sindicatos de trabalhadores funcionários públicos estaduais e federais, cada um se organizará com base estadual. No caso de organizar o sindicato de trabalhadores públicos por ramos de atividades de serviços, deverá haver em cada ramo, um número significativo de trabalhadores, sendo que se deve ter como meta a maior aglutinação de trabalhadores e não a subdivisão.

§ 6. *Ramo de atividade econômica dos autônomos urbanos.* Serão enquadrados como trabalhadores autônomos urbanos todos os que exercem atividades econômicas nos ramos industrial ou serviços, por conta própria, e que não explorem mão-de-obra assalariada. O sindicato de base dos trabalhadores autônomos urbanos poderá reunir diversos ramos de atividades.

§ 7. *Ramo de atividade dos profissionais liberais.* Serão enquadrados no ramo de atividades econômicas a que estiverem ligados, podendo, transitoriamente, continuar filiados aos seus sindicatos profissionais. Deve-se ter como meta a sindicalização dos profissionais liberais no ramo de atividades a que pertencem, eliminando-se paulatinamente as categorias profissionais liberais.

3. Plano de implantação da nova estrutura sindical

A partir da deliberação do 2º Congresso Nacional, a CUT, através de sua Direção Nacional, das CUTs Estaduais e Regionais, de seus sindicatos filiados, de suas associações de funcionários públicos, de seus trabalhadores organizados nos locais de trabalho, deverá batalhar para implementar a nova estrutura sindical. Entendemos que o seguinte plano de implantação deve ser levado adiante:

1. Implantação das garantias sindicais:

- a) Continuar exercendo pressão sobre o Senado para a ratificação da Convenção 87 da OIT.
- b) No texto da Constituição, devemos exigir que esteja explícito o seguinte: liberdade e autonomia sindical,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

conforme a Convenção 87 e 151 da OIT, democracia interna no processo eleitoral, na gestão e na organização sindical, estabilidade para todos os que exercem mandato sindical desde o local de trabalho até a central sindical, até um ano após o término de seu mandato.

c) A Direção da CUT deverá elaborar um projeto global ou projetos específicos sobre as garantias sindicais e encaminhá-los ao Congresso Nacional para serem apreciados e aprovados. As garantias sindicais são as seguintes:

- estabilidade no emprego para todos os membros concorrentes às eleições sindicais pelo período de 1 (um) ano;
- estabilidade para os membros da Comissão coordenadora do processo eleitoral pelo período de 1 (um) ano;
- garantia de criação e funcionamento de Comissão de Empresa independentemente da estrutura sindical, com estabilidade no emprego e condições de funcionamento dentro da empresa;
- garantia de tempo livre (dois terços da jornada de trabalho) para todos os membros das comissões sindicais de base e comissões da empresa, para seu exercício sindical dentro da empresa;
- desconto em folha de pagamento de todas as contribuições sindicais definidas pelo sindicato;
- livre circulação dos dirigentes sindicais nos locais de trabalho;
- livre divulgação de toda a propaganda sindical nos locais de trabalho;
- garantia de realizações de assembléias dentro das empresas durante o período de trabalho;
- remuneração normal para todos os trabalhadores que participarem de atividade sindical fora da empresa.

d) Publicar 50 mil cadernos com a proposta aprovada pelo Congresso da CUT sobre a estrutura sindical e divulgá-la a todos os sindicatos da cidade e do campo.

e) Todos os sindicatos da CUT deverão divulgar em seus boletins sindicais a nova proposta da CUT e realizar seminários e debates no sentido de buscar formas de implantar a nova estrutura sindical.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

2. Implantação das comissões sindicais de base

- a) Em todos os locais de trabalho onde já for possível, devemos criar a *comissão sindical de base*. Para tal criação, devemos garantir que haja um trabalho de organização anterior. O sindicato deve coordenar este processo, evitando assim que a classe patronal interfira na comissão sindical de base. Pautar-se pelas normas básicas aqui expostas;
- b) Enquanto não for aprovada lei que dê garantia à comissão sindical de base, incluir na pauta de reivindicações tal garantia sindical;
- c) Divulgar amplamente a proposta aprovada pelo Congresso sobre a comissão sindical de base nos locais de trabalho. Implementar a discussão junto aos trabalhadores e desencadear o processo de implantação. Aproveitar os momentos de luta organizada para esta implantação.

3. Implantação das delegacias sindicais rurais

- a) Onde já existem delegacias rurais, reorientar a sua organização e estruturação de acordo com a nova estrutura sindical;
 - consolidar a assembléia geral da delegacia sindical;
 - realizar eleições para direção da delegacia dentro de critérios aprovados;
- b) Onde ainda não existem, criar as delegacias sindicais, implantando a nova proposta;
- c) Iniciar a participação da delegacia sindical nas instâncias do sindicato de base e nas plenárias e congressos.

4. Implantação do sindicato de base

- a) Onde já existem os sindicatos de base:
 - implantar o critério de sindicalização por ramo de atividade econômica através das assembléias de trabalhadores;



- realizar os congressos com novos critérios;
- criar a *Plenária* do sindicato de base;
- realizar as eleições dentro dos novos critérios: maioria simples, quórum de 50% dos votantes, comissão eleitoral igualitária etc.

b) Onde forem criados sindicatos de base novos:

- criá-los dentro dos princípios e normas aprovadas pelo Congresso Nacional.

c) As associações pré-sindicais já existentes:

- reorientá-las dentro da nova estrutura sindical;
- não pedir a carta sindical;
- transformá-las em sindicato de base.

d) Onde existem sindicatos pelegos:

- criar e consolidar a oposição sindical;
- tomar o sindicato e reorientá-lo dentro da nova estrutura sindical.

e) Onde for possível, iniciar o processo de aglutinação de ramos afins num mesmo sindicato de base.

Combater a subdivisão.

5. Implantação da sustentação financeira

a) batalhar pela abolição do imposto sindical;

b) batalhar pelo fim gradual do assistencialismo, exigindo que o Estado assumira este papel garantindo-se a saúde e assistência médica sob o controle dos trabalhadores.

c) criar novas formas de arrecadação e ampliar as que já existem;

d) criar novas formas de sustentação nacional, estadual e regional da CUT;

a) elaborar projeto urgente que garanta o desconto em folha de pagamento de todas as contribuições decididas pelos sindicatos, através de seus órgãos de decisão.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



6. Implantar um novo enquadramento sindical

- a) As assembleias de trabalhadores devem decidir a que sindicato pertencer quando num mesmo local de trabalho existirem vários ramos de atividades;
- b) Onde for possível, realizar a aglutinação de ramos de atividades afins num mesmo sindicato de base;
- c) No caso de funcionários públicos, realizar encontros, congressos e assembleias para decidir sobre a sua organização tendo em vista os princípios e normas básicas aprovadas pelo Congresso Nacional da CUT;
- d) No caso de trabalhadores aposentados, a partir de suas associações existentes, iniciar a criação de seus sindicatos, bem como as comissões sindicais de base que poderão ser por bairros, regiões ou municípios;
- e) No caso dos profissionais liberais, tendo em vista a sua incorporação ao ramo de atividades econômicas a que pertencem, e tendo em vista a sua existência atual em sindicatos profissionais, a CUT deve desencadear um processo de discussão no sentido de buscar as formas transitórias para este caso específico;
- f) Finalmente, a Direção da CUT Nacional deve acionar os seus mecanismos para orientar e auxiliar os trabalhadores nesta tarefa de reorientação do enquadramento sindical.

4. Implantação das comissões de fábrica ou de empresa fora da estrutura sindical

1. Além das comissões sindicais de base vinculadas à nova estrutura sindical devemos implantar as comissões de fábrica ou de empresa, mantendo sua independência e autonomia em relação ao sindicato.

As comissões de fábrica ou empresa devem ser construídas como organismos que representam o conjunto dos trabalhadores daquela fábrica ou empresa, sindicalizados ou não. Suas tarefas vão além do trabalho sindical na fábrica ou empresa e por isso devem ser independentes da estrutura sindical, buscando-se constituir como uma verdadeira escola de poder operário. As comissões de fábrica ou empresa fazem, no processo de luta, avançar a auto-organização dos trabalhadores, que decidem suas formas de eleição, funcionamento e auto-sustentação. As comissões aplicam na sua prática cotidiana os elementos da democracia operária: as assembleias



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

de fábrica como órgão soberano para tomada de decisões, o cumprimento das decisões gerais da categoria e da classe.

A relação das comissões de fábrica com os sindicatos deve ser política, ou seja, com as direções combativas e comprometidas com a luta a relação deve ser de apoio e reforço mútuo, já com as direções conciliadoras a relação deve ser de combate.

Os sindicatos e oposições no campo da CUT têm a tarefa fundamental de lutar pela criação das comissões de fábrica ou empresa.

SOBRE OS ESTATUTOS DA CUT

Introdução: alterações aprovadas pelo Congresso Nacional da CUT

Dos vários pontos da pauta a serem discutidos, a Plenária do 2º Congresso Nacional da CUT somente conseguiu discutir e aprovar a questão dos Critérios de Participação nos Congressos Regionais, Estaduais e Nacional e a questão dos Departamentos Profissionais por Ramo de Atividade Econômica como órgãos submetidos à Direção da CUT. Os demais fatos da pauta não foram discutidos, por falta de tempo, mesmo que a Plenária tenha deliberado que voltaria a discuti-los após a eleição da nova Direção da CUT. Desta maneira as Resoluções sobre a participação nos Congressos da CUT foram as seguintes:

- a) “Participam dos Congressos da CUT (Regional, Estadual e Nacional):
 - Entidades filiadas à CUT em dia com suas obrigações;
 - Oposições sindicais comprometidas com a CUT, reconhecidas pela CUT Estadual e que já venham sendo acompanhadas por ela;
 - Entidades não filiadas à CUT”.
- b) “A tabela numérica de trabalhadores, delegados de diretoria e de base permanece a mesma do Estatuto atual.”



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





c) “Deve ser mantida a diferenciação entre Delegados de Base e Delegados de Diretoria.”
Com base nestas Resoluções, o Estatuto da CUT em seus Artigos 14, 21 e 27 passam a ter a seguinte redação:

1. Nova redação do artigo 14 dos Estatutos da CUT: Congresso Regional

1. Participantes:

- a) Do Congresso Regional da CUT participam trabalhadores delegados:
- das entidades filiadas à CUT em dia com suas obrigações;
 - das oposições sindicais comprometidas com a CUT, reconhecidas pela CUT Estadual e que já venham sendo acompanhadas por ela;
 - das entidades não filiadas à CUT.
- b) Nas entidades e oposições cuja base territorial atinge mais de uma região, os delegados devem estar ligados profissionalmente à mesma região do congresso e o número de delegados deve ser proporcional ao número de trabalhadores da região, obedecendo à tabela abaixo. Caso não haja diretores da entidade na região, os representantes oficiais da entidade serão delegados no critério e delegados de diretoria.
- c) O número de delegados deverá obedecer aos seguintes critérios, desde que realizem assembleia amplamente convocada:

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Número de trabalhadores	Delegados de diretoria	Delegados de base
Até 2.000	3	8
de 2.001 a 10.000	4	15
de 10.001 a 30.000	5	20
de 30.001 a 100.000	6	25
de 100.001 a 200.000	7	30
mais de 200.000	8	40

- d) Deverá ser mantida a proporção de delegados de diretoria e de base no conjunto da delegação que participa do congresso, exceto no caso das oposições sindicais.
- e) Para as associações profissionais de categorias sem sindicato, serão aplicados os mesmos critérios da letra “c”.
- f) É verdade a participação de delegação que configure dupla representação.
- g) Apenas os membros efetivos da Direção Regional participam como delegados natos.

2. Delegados do congresso

- a) Todos os delegados, sem exceção, terão direito a voz e voto no congresso.
- b) Os delegados serão eleitos em assembleias de suas respectivas categorias, realizadas com 10 (dez) dias de antecedência mínima do congresso, exigindo-se um quórum mínimo de 5 (cinco) vezes o número de delegados de base a quem têm direito.
- c) A assembleia deverá escolher 20% (vinte por cento) de sua delegação para compor a Plenária Regional.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- d) A diretoria da entidade ou oposições deverão convocar a assembléia com 30 (trinta) dias de antecedência mínima do congresso e divulgá-la no interior da categoria.
- e) Cada delegação deverá apresentar junto à ficha de inscrição os seguintes documentos:
- ata da assembléia;
 - lista de presença com nomes, assinaturas e indicação dos locais de trabalho;
 - cópia dos meios de comunicação utilizados para a convocação da assembléia;
 - comprovante de pagamento da taxa de inscrição do Congresso.
- f) Quando a assembléia devidamente convocada não atingir o quórum mínimo de 5 (cinco) vezes o número de delegados de base, poderá ser eleito 1 (um) observador, sem direito a voz e voto no congresso, cuja inscrição deverá obedecer aos requisitos previstos nas letras “e” deste parágrafo. Para se eleger esse observador, o número de participantes na assembléia deverá ser, no mínimo, igual ao número de delegados de base a que tem direito.

2. Nova redação do artigo 21 dos Estatutos da CUT: Congresso Estadual

1. Participantes

- a) Do Congresso Estadual da CUT participam trabalhadores delegados:
- das entidades filiadas à CUT em dia com suas obrigações;
 - das oposições sindicais comprometidas com a CUT, reconhecidas pela CUT Estadual e que já venham sendo acompanhadas por ela;
 - das entidades não filiadas à CUT.
- b) Os delegados das entidades filiadas à CUT, das oposições sindicais e entidades não filiadas à CUT, com base territorial dentro do estado, serão eleitos em assembléia amplamente convocada e dentro dos seguintes critérios numéricos:



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Número de trabalhadores	Delegados de diretoria	Delegados de base
Até 2.000	3	6
de 2.001 a 10.000	4	10
de 10.001 a 30.000	5	14
de 30.001 a 100.000	6	18
de 100.001 a 200.000	7	25
mais de 200.000	8	30

- c) Deverá ser mantida a proporção de delegados de diretoria e de base no conjunto da delegação que participa do congresso, exceto no caso das oposições sindicais.
- d) Para as associações profissionais de categorias sem sindicato, serão aplicados os mesmos critérios da letra “a”.
- e) É vedada a participação de delegação que configure dupla representação.
- f) Os mesmos critérios acima se aplicam às entidades estaduais dos sindicatos nacionais, tendo como base o número de trabalhadores no estado.
- g) Apenas os membros efetivos da Direção Estadual participam como delegados natos.

2. Delegados do congresso

- a) Todos os delegados, sem exceção, terão direito a voz e voto no congresso.
- b) Os delegados serão eleitos em assembléia de suas respectivas categorias, realizadas com 10 (dez) dias de antecedência mínima do congresso, exigindo-se um quórum mínimo de 5 (cinco) vezes o número de



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

delegados de base a que tem direito.

- c) A assembléia deverá escolher 20% (vinte por cento) de sua delegação para compor a Plenária Estadual.
- d) A diretoria da entidade ou oposição sindical deverá convocar a assembléia com 30 (trinta) dias de antecedência mínima do congresso e divulgá-la amplamente no interior da categoria.
- e) Cada delegação deverá apresentar junto à ficha de inscrição os seguintes documentos:
 - ata da assembléia;
 - lista de presença com nomes, assinaturas e indicação dos locais de trabalho;
 - cópia dos meios de comunicação utilizados para a convocação da assembléia;
 - comprovante de pagamento da taxa de inscrição do congresso.
- f) Quando a assembléia devidamente convocada não atingir o quórum mínimo de 5 (cinco) vezes o número de delegados de base, poderá ser eleito 1 (um) observador, sem direito a voz e voto no Congresso, cuja inscrição deverá obedecer aos requisitos previstos nas letras “e” deste parágrafo. Para se eleger esse observador, o número de participantes na assembléia deverá ser, no mínimo, igual ao número de delegados de base a que tem direito.

3. Nova redação do artigo 27 dos Estatutos da CUT: Congresso Nacional

1. Participantes

- a) Do Congresso Nacional da CUT participam trabalhadores delegados:
 - das entidades filiadas à CUT em dia com suas obrigações;
 - das oposições sindicais comprometidas com a CUT, reconhecidas pela CUT Estadual e que já venham sendo acompanhadas por ela;
 - das entidades não filiadas à CUT.
- b) Os delegados das entidades filiadas à CUT, das oposições sindicais e entidades não filiadas à CUT,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



com base dentro do território nacional, serão eleitos em assembléia amplamente convocada e dentro dos seguintes critérios numéricos:

Número de trabalhadores	Delegados de diretoria	Delegados de base
Até 2.000	2	3
de 2.001 a 10.000	3	5
de 10.001 a 30.000	4	8
de 30.001 a 100.000	5	12
de 100.001 a 200.000	6	16
mais de 200.000	7	20

- c) Deverá ser mantida a proporção de delegados de diretoria e de base no conjunto da delegação que participa do congresso, exceto no caso das oposições sindicais.
- d) Para as associações profissionais de categorias sem sindicato se aplicam os mesmos critérios da letra “a”.
- e) Os mesmos critérios acima se aplicam para os sindicatos nacionais;
- f) Apenas os membros efetivos da Direção Nacional participam como delegados natos.
- g) É vedada a participação de delegação que configure dupla representação.

2. Delegados do congresso

- a) Todos os delegados, sem exceção, terão direito a voz e voto no congresso.
- b) Os delegados serão eleitos em assembléia de suas respectivas categorias, realizadas com 10 (dez)

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

dias de antecedência mínima do congresso, exigindo-se um quórum mínimo de 5 (cinco) vezes o número de delegados de base a que tem direito.

c) A Diretoria da entidade ou oposição sindical deverão convocar a assembléia com 30 dias de antecedência mínima do Congresso Nacional e divulgá-la amplamente no interior da categoria.

d) Cada delegação deverá apresentar junto à ficha de inscrição os seguintes documentos:

- ata da assembléia;
- lista de presença com nomes, assinaturas e indicação dos locais de trabalho;
- cópia dos meios de comunicação utilizados para a convocação da assembléia;
- comprovante do pagamento da taxa de inscrição do congresso.

2) Quando a assembléia devidamente convocada não atingir quórum mínimo de 5 (cinco) vezes o número de delegados de base poderá ser eleito 1 (um) observador sem direito a voz no congresso, cuja inscrição deverá obedecer aos seguintes requisitos previstos na letra

“d” neste parágrafo. Para se eleger esse observador o número de participantes na assembléia deverá ser, no mínimo igual ao número de delegados de base a que tem direito.

Finalmente, com base na Resolução sobre os Departamentos Profissionais por Ramo de Atividade Econômica o Estatuto da CUT fica acrescido de mais um artigo, podendo ser encaixado logo após as Secretarias Nacionais (artigo 34 ou no final dos Estatutos, recebendo o nº 40) com a seguinte redação:

Artigo 34 ou 40: Sobre os Departamentos Profissionais da CUT

1. Serão criados departamentos profissionais por ramos de atividades em nível nacional.
2. Os departamentos profissionais estarão sob a orientação política da Direção Nacional da CUT, constituindo-se, dessa forma, como órgãos dentro da CUT e sob a Direção da CUT.
3. O departamento profissional terá uma comissão profissional composta por todos os membros da direção pertencentes ao ramo de atividade. A comissão profissional terá no mínimo 5 membros. No caso de



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

ramos profissionais não estarem representados na Direção Nacional o encontro nacional de departamento profissional indicará a comissão.

- 4. O mandato da Comissão Profissional e do Coordenador Geral da Comissão será de 3 (três) anos, terminando junto com o término do mandato da direção que a empossou.

- 5. Cada departamento profissional realizará seu encontro nacional de departamento profissional com o objetivo de:

- a) Discutir a sua implantação;
- b) Discutir os critérios de participação nos encontros do departamento profissional;
- c) Discutir o encaminhamento das campanhas nacionais de luta da CUT;
- d) Discutir e elaborar um Plano de Luta específico para seu ramo profissional em nível nacional;
- e) Indicação da comissão profissional e do coordenador geral da comissão.

- 6. Funções do departamento profissional:

- a) Organizar e desenvolver as atividades da CUT nos ramos de atividades;
- b) Organizar e formar os cutistas para atuarem nas campanhas salariais e no cotidiano dos ramos de atividades;
- c) Organizar os cutistas para conquistar os sindicatos quando das eleições;
- d) Desenvolver e fortalecer a consciência de classe em todos os ramos de atividades;
- e) Em base aos acordos nacionais conquistados pela Central, celebrar acordos especiais.

- 7. Cada departamento profissional de acordo com as suas características e necessidades, poderá criar comissões de trabalho nos diversos estados. Tais comissões de trabalho devem se integrar ao plano de trabalho da CUT Estadual. Em nível das comissões de trabalho nos estados, além dos membros da Direção Nacional, participarão os membros da Diretoria da CUT Estadual que pertençam ao ramo profissional.

- 8. Os departamentos profissionais serão acompanhados permanentemente pela Secretária de Política Sindical da CUT Nacional com o fim de implementar a sua estruturação, consolidação e integração geral da CUT.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





- 9. Cada departamento profissional, de acordo com as suas possibilidades, terá que dar sustentação financeira às suas atividades. A CUT Nacional complementarará esta sustentação.

Observação: Em todos os artigos do Estatuto da CUT onde houver contradição com essas novas resoluções, serão feitas as devidas atualizações. (Deverá ser feita uma nova publicação do Estatuto da CUT, imediatamente para orientar os congressos Regionais e Estaduais).

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





EXECUTIVA E DIREÇÃO NACIONAL

1. Presidente: JAIR ANTONIO MENEGUELLI
2. Vice-Presidente: AVELINO GANZER
3. Secretário Geral: PAULO RENATO PAIM
4. Tesoureiro: ABDIAS JOSÉ DOS SANTOS
5. Primeiro tesoureiro: PAULO CESAR FUNGHI ALBERTO
6. Secretaria de Relações Internacionais: JACÓ BITTAR
7. Secretaria Rural: PAULO ROBERTO FARINA
8. Secretaria de Imprensa e Divulgação: GILMAR CARNEIRO DOS SANTOS
9. Secretaria de Política Sindical: DELÚBIO SOARES DE CASTRO
10. Secretaria de Formação: JORGE LORENZETTI
11. Vice-Presidência da Região Sul: JOSÉ ALBERTO RÉUS FORTUNATTI
12. Vice-Presidência da Região Sudeste: MARTISALÉM COVAS PONTES
13. Vice-Presidência da Região Centro-Oeste: ANA LÚCIA DA SILVA
14. Vice-Presidência da Região Nordeste: JOSÉ GOMES NOVAES
15. Vice-Presidência da Região Norte: ANTONIO CARLOS ANDRADE

SUPLENTES

1. PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA
2. OSVALDO MATINES BARGAS
3. ANTONIO PEREIRA FILHO

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



4. VERA LÚCIA FERREIRA GOMES
5. CYRO GARCIA

MEMBROS DA DIREÇÃO NACIONAL

ACRE

EFETIVOS

Maria Osmarina da Silva

Base da Assoc. Professores do Acre

Osmarino Amâncio Rodrigues

Base do STR de Brasília

SUPLENTES

Isaias da Silva Francisco

Conselho Fiscal do STR de Plácido de Castro-ACRE

Maria Cláudia de Assis Pereira

Base da Assoc. Professores do Acre

ALAGOAS

EFETIVOS

José Ferreira de Oliveira

Pres. STR Inhapi

Pedro Luiz da Silva

Pres. do STI Urbanas de AL

SUPLENTES

José Moreno Sobral

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Conselho Fiscal do STI Construção Civil de AL
Talvanes Manuel Vieira
Pres. do STR de Delmiro Gouveia.

AMAPÁ

EFETIVOS

Pedro Ramos de Souza
Pres. do STR de Macapá

SUPLENTE

Rui Sebastião Cruz Moraes
Diretor Social do STI Urbanas de Macapá

AMAZONAS

EFETIVOS

José Inácio de Moura
STR de Urucurituba
Silvestre Soares de Paiva
Diretor do Sind. Metalúrgicos de Manaus

SUPLENTE

Antonio Peixoto Oliveira da Silva
STR de Itacoatiara
Jaime Bezerra da Silva Nascimento
Base do ST no Comércio de Manaus

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





BAHIA

EFETIVOS

Eduardo Bonfim de Jesus

Vice-pres. Sind. Eletricitários da BA

José Gomes Novaes

Base do STR de Barra do Choça

José Olívio M. de Oliveira

Pres. Sind. Engenheiros da BA

Pery Tadeu de Oliveira Falcon

Vice-pres. Sind. Metalúrgicos de Salvador

SUPLENTES

Boaventura Gomes de Almeida

Pres. STR Ibotirama

Elieser Barros Correia

Vice-pres. da Sociedade dos Técnicos Agrícolas de Cacau

Pedro Almeida dos Anjos

STR de Itamaraju – Presidente

Walter de Freitas Pinheiro

Pres. do SINTEL da BA

CEARÁ

EFETIVOS

Antonio Rodrigues de Amorim

Pres. STR de Tauá

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Maria Cleide Carlos Bernal

Oposição Bancária do CE

SUPLENTES

Antonio Clemente da Silva

Conselho Fiscal do STR de Quixadá

Rosa Maria Ferreira da Fonseca

Oposição da Associação dos Professores no Ensino Oficial do CE

DISTRITO FEDERAL

Francisco Domingos dos Santos

Pres. Sind. Vigilantes do DF

Maria Laura Sales Pinheiro

Base da Fed. Servs. Públicos do DF

Pedro Celso

Pres. Sind. dos Rodoviários do DFM

SUPLENTES

Djnalmir Augusto de Assis

Pres. Sind. dos Gráficos do DF

Jacques de Oliveira Pena

Base dos Bancários do DF

Romualdo Silveira

Tes. Sindicato dos Médicos do DF

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





ESPÍRITO SANTO EFETIVOS

Jonas Chequeto

SG STR de São Gabriel da Palha

José Anézio Dias do Vale

Pres. STI Construção Civil de Vitória

Oswaldo Hulle

SG do Sind. Trabs. No Comércio do ES

SUPLENTES

João Rafael Scárdua

Oposição dos Ferroviários do ES

Pedro Lourenço Picolli

Dir. STR de Colatina

Sebastião Cuzzuol

Conselho Fiscal do Sind. Trab. no Comércio do ES

GOIÁS

EFETIVOS

Ana Lúcia da Silva

Base da Associação dos Docentes Universitários Federal

Delúbio Soares de Castro

Tes. do Centro dos Professores de Goiás

Otacílio Teixeira

Pres. STR de Ceres

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



SUPLENTES

Adão Onofre Rosa

Pres. STR Carmo do Rio Verde

Martiniano Cavalcanti Neto

Base do Sind. Engenheiros de GO

Nelson de Assis Teles

Pres. STR de Bela Vista de Goiás

MARANHÃO

EFETIVOS

Raimundo de França Dutra

Pres. do Sind. Construção Civil de Caxias

Raimundo Nonato Rodrigues da Silva

Base do STR de Alcântara

SUPLENTES

João Fonseca dos Santos

SG. STR de Balsa

Raimundo Monteiro dos Santos

Dir. do Sind. Rodoviários de São Luiz

MATO GROSSO

EFETIVOS

Antonio Benedito R. Teixeira

Assoc. Prof. dos Arquitetos do MT

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Aparício Valeriano de Siqueira

Pres. STR de Diamantino

SUPLENTES

Luzia de Lourdes S. Lins

Dir. da Assoc. Matogrossense dos Professores

Wanderlei Antonio Pignati

Base da Assoc. dos Docente da Univ. Fed. De MT

MATO GROSSO DO SUL

EFETIVOS

Maria Aparecida de A. Ribeiro

Pres. Assoc. Prof. das Assistentes Sociais de MS

Reinaldo Lopes Martinez

SG. STR de Miranda

SUPLENTES

José Jerônimo dos Santos

Base do STR de Nioaque

Milício Pereira da Silva

SG STR de Camapuã

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





MINAS GERAIS

EFETIVOS

Aristóteles Santos

Sintel/Fittel

– Presidente

Carlos Alberto Calazans

Pres. Sind. Marceneiros de BH

Fernando Cabral

União dos Trab. no Ensino – UTE— Presidente

João Paulo Pires de Vasconcelos

SG. do Sind. Metalúrgicos de João Monlevade – MG

Maria Aparecida Miranda

Pres. STR Unai

Paulo César Funghi Alberto

Sind. Metalúrgicos de BH e Contagem

SUPLENTES

Francisco Carlos Delfino

Oposição dos Metalúrgicos de Ipatinga

José Prata de Araujo

Oposição Bancária de BH

José Ferreira de Almeida Sobrinho

STR de Poté

José Leonardo C. Monteiro

Fed. Trabs. Papel e Celulose de MG e ES – Base

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Juarez Lopes
STR de Virgolândia
Natan Celestino Vilela
STR de Cachoeira do Vale – Base

PARÁ
EFETIVOS

Avelino Ganzer
Pres. Sind. Gráficos de Belém
José Dias de Andrade Valente Moreira
Del. Repres. do STR de Baião
Paulo Roberto Galvão da Rocha
Del. Repres. do STR de Santarém

SUPLENTES

Atanagio de Deus Matos
Base do DTR de Marabá
Edmilson Rodrigues
Dir. da Fed. Paraense dos Profissionais na Educ. Pública do Pará
João Batista de Oliveira Araújo
Pres. da Assoc. Servs. Na Univ. Federal do Pará

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





PARAÍBA
EFETIVOS

Agamenon Vieira da Silva
Base da AMPEP
Luiz Silva

Pres. do STR de São Sebastião do Umbuzeiro
SUPLENTE

Antonio Alves
Pres. STR de Belém
Edvan da Silva
Pres. STI Têxteis de João Pessoa

PARANÁ
EFETIVOS

Adelmo Escher
STR de Francisco Beltrão – Presidente
Leônidas Teles
STR de Pérola D'Oeste – Presidente
Paulo Paulino Lauger
Pres. Sind. Metalúrgicos de Cascavel

SUPLENTE

Afonso Kamer
STR de Medianeira – Presidente
Geraldo Mendonça

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Pres. Sind. Petroleiros de Curitiba
Onaur Ruano
Sind. Agrônomo de Londrina – Diretor

PERNAMBUCO

EFETIVOS

Eraldo José de Souza
Tes. do STR de Petrolândia
João Paulo Lima e Silva
Pres. do Sind. Metalúrgicos de Recife
Jorge César Bezerra dos Santos
S.F. do Sind. dos Metalúrgicos de Recife
Vera Ferreira Gomes
Base do Sind. dos Professores de Recife

SUPLENTE

Geraldo Correia Nunes
Base do STR de Itapetim
João Ricardo
Oposição Construção Civil – Base
José Alves de Siqueira
Secr. Patrimônio do Sind. Metalúrgicos de Recife
Manoel José dos Santos
Pres. STR de Serra Talhada

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



PIAUÍ

EFETIVOS

João Batista da Costa

STR de Barros

Maria Regina de Souza

Base do Sind. Bancários de Teresina

SUPLENTES

Florêncio Santos Soares

Pres. Sind. Gráficos de Teresina

Francisco Benedito

Pres. STR de Pio IX

RIO GRANDE DO NORTE

EFETIVOS

Eliziel Barbosa da Silva

Pres. STR de Montanhas

Francisco C. Guimarães Neto

STI Constr. Civil de Mossoró

SUPLENTES

João Bastista de Lima F^o.

Sind. Médicos de Natal – Base

José Serafim da Costa F^o.

Tes. da AFURN

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



RIO GRANDE DO SUL EFETIVOS

Gerson Oliveira de Almeida

SG. do Sintel

Ivo Zimeman

SF STR de Santo Ângelo

José Alberto Réus Fortunatti

Pres. Sindicato dos Bancários de Porto Alegre

Julieta Balestro

Base do Centro dos Trabalhadores no Ensino do RS

Paulo Renato Paim

Pres. do Sind. Metalúrgicos de Cnoas

Paulo Roberto Farina

Pres. do STR de Erechim

SUPLENTES

Adelir Jorge Gato

Base do STR de Tapera

Guilherme Toledo Barbosa

Primeiro secretário do Sind. Engenheiros de Porto Alegre

João Machado Mendes

Pres. do Sind. Metalúrgicos de Novo Hamburgo

Juici Marinho Passini

Pres. do Sind. da Alimentação de Porto Alegre

Olívio Dutra

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



SG. do Sind. dos Bancários de Porto Alegre
Omar Santos de Almeida
SG. do STR de Santo Cristo

RONDÔNIA

EFETIVOS

Joaquim Pereira de Carvalho
Pres. do STR de Rolim de Moura

SUPLENTES

Ieda Cunha de Medeiros Pereira
Sind. Engenheiros de Porto Velho – diretora

RIO DE JANEIRO

EFETIVOS

Abdias José dos Santos – Metalúrgicos de Niterói
Antonio Carlos Campos – Op. Met. RJ
Carlos Augusto Santana Santos – Ferroviários
Cyro Garcia – Bancário – RJ
José Juarez Antunes – Metalúrgicos Volta Redonda
Maria Ligia Campbell— Bancários Niterói
Rossevelt Rui dos Santos – Bancários RJ
Walter Vieira Mendes Jr. – Médicos do RJ

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





SUPLENTES

Antonio Carlos de Andrade – Prev

Antonio Pereira da Silva F^o. – Bancários – RJ

Dartagnan Marques da Cruz – Prev

Isabel Fontenele Picaluga – Sociólogos

Jorge da Rocha Gonçalves— Advogados

Leônidas Cardoso Jr. – Construção Civil op. RS

Maurício Peres Pexato – Professores

Waldir Araujo da Rocha – Portuários

SÃO PAULO

EFETIVOS

Agenor Narciso

Pres. do Sind. dos Químicos de Santo André – SP

Domingos Galante

Pres. do Sind. dos Químicos e Farmacêuticos de SP

Gilmar Carneiro dos Santos

Tesoureiro do Sind. dos Bancários de São Paulo

Jacó Bittar

Pres. Cassado do Sind. dos Petroleiros de Campinas e Paulínea

Jair Antonio Meneguelli

Pres. Sind. Metalúrgicos de São Bernardo do Campo

Jorge Luiz Coelho

Tes. do Sind. dos Químicos de São Paulo

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



José Luiz Gonçalves

Pres. do Sind. dos Metalúrgicos de São José dos Campos – SP

Lúcio Antonio Bellentani

Base do Sind. Metalúrgicos de SP

Miguel Rupp

Pres. do Sind. dos Metalúrgicos de Santo André

Oswaldo Bargas

Dir. Sind. dos Metalúrgicos de SBC – SP

SUPLENTES

Alcides Barbosa Teixeira

Pres. do Sind. da Construção Civil de SBC
– SP

Arlindo Chináglia Jr.

Pres. do Sind. dos Médicos de SP

Jaime Augusto Rangel Filho

Têxteis de Sorocaba

Martisalém Covas Pontes

Pres. do Sind. dos Plásticos de São Paulo

Oswaldo de Oliveira

Pres. do STR de Mirassol

Rosivel Pavan

APEOESP

Sebastião da Silva Neto

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Base do Sind. Metalúrgicos de São Paulo
Vicente Paulo da Silva
STI Metalúrgicos de SBC – SP
Walter Gomes
STI Calçados de Franca – SP
Wilson Fernando da Silva
Sind. Metalúrgicos de Sorocaba – SP

SANTA CATARINA
EFETIVOS

Idelvino Furlaneto
Pres. STR de S. Miguel
Jorge Lorenzetti
Dir. da Assoc. Bras. de Enfermagem de S. C.

SUPLENTE

Cleoci Aparecida Machado
Pres. do Sind. dos Trabs. do Comércio de Xanxeré
Hamilton Borges
Pres. do Sind. dos Trabs. dos Transportes Rodoviários de Criciúma

SERGIPE
EFETIVOS

João Rodrigues de Santana
Pres. do STR de Nossa Senhora da Glória

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Rômulo Rodrigues
Vice-pres. do Sind. dos Petroquímicos de Sergipe

SUPLENTES

José Calazans Santana
Pres. do STR de Ribeirópolis
José Eduardo Barros Dutra
Dir. da Assoc. Mineiros de SE

FEDERAÇÕES NACIONAIS

EFETIVOS – ANAS

Maria Beatriz Costa
Pres. da Assoc. Nac. das Assistentes Sociais

SUPLENTE

Maria Ester Silva Mendonça
Vice-Presidente da Região Sudeste
– RJ

EFETIVOS – FASUBRA

José Ferreira de Alencar

SUPLENTE

José Pereira Brito
EFETIVOS – Federação dos Arquitetos

Clara Ant

SUPLENTE

Orlando Carrielo

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



MOÇÕES

Moção sobre os trabalhadores palestinos

Considerando que a Central Única dos Trabalhadores – CUT em seus Estatutos, Capítulo II, Artigo 9 – Objetivos e princípios, no que se refere à Questão Internacional, diz: “A CUT será solidária com todos os movimentos da classe trabalhadora e dos povos que caminham na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária. A CUT será solidária nas lutas pela emancipação da classe trabalhadora, pela emancipação dos povos e pelo fim das guerras imperialistas.”...

Considerando que a CUT sempre se solidarizou e reafirma agora esta solidariedade com a luta de libertação dos trabalhadores e do povo palestino, pela sua autodeterminação, pelo retorno e pela criação de um Estado Palestino, livre e soberano em solo palestino, e que sempre reconheceu a Organização para Libertação da Palestina – OLP como a única e legítima representante desde povo, e tendo ainda consolidado todas estas posições num comunicado conjunto com a Federação dos Trabalhadores Palestinos em 4 de abril do corrente ano;

Considerando que a Central Geral Israelense – Histadrut, imperialista e racista, sionista e expansionista, possui entre bancos e empresas, fábricas de armamentos que são utilizados para reprimir o povo palestino na Palestina ocupada;

- que esta CGT sionista fornece armas e treina os—“contras” contra o governo sandinista da Nicarágua;
- que esta central expansionista e militarista mantém relações com o regime fascista de Pinochet e com o regime racista, *apartheid*, da África do Sul, *propomos*:

1. que a CUT rompa definitivamente todas as relações com esta central racista e opressora, a partir deste 2º Congresso Nacional;

- 1.1. que esta moção, uma vez aprovada nesta comissão, seja colocada em votação na plenária final, garantindo assim à Direção Nacional, à Executiva Nacional e à Secretaria de Relações Internacionais da CUT, poderes legais para este rompimento;



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

2. que sejam enviados telegramas ao presidente da República, ao ministro das Relações Exteriores e aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o seguinte teor:

Os trabalhadores e o povo brasileiro sempre reconheceram o direito do povo palestino ao retorno, à criação de seu Estado Palestino, soberano e democrático em solo palestino, reconhecendo sempre que a Organização para a Libertação da Palestina é a sua legítima representante. Sabedores de que o governo brasileiro e o presidente da República se manifestaram com o objetivo de ver concretizada a criação do Estado Palestino, propomos como medida prática e concreta que seja reconhecida oficialmente a Representação da Organização para a Libertação da Palestina, no Brasil, em nível diplomático, com total independência da Liga dos Estados Árabes, pois desta só é membro como os demais países. Que este *status* diplomático seja idêntico ao das demais missões diplomáticas acreditadas no Brasil.

Esta é a vontade dos trabalhadores e povo brasileiros, que esperam do senhor presidente da República que efetive o mais rápido possível este pedido.

Moção de reconhecimento ao movimento sindical chinês

Na história do Movimento Sindical Mundial se registram fatos grandiosos da luta operária. No entanto, há organizações e também façanhas espetaculares pouco divulgadas.

Por esta razão, não poderíamos nos furtar de neste momento histórico vir de público reconhecer o grandioso trabalho da Federação dos Sindicatos da China.

No sentido de organizar a massa trabalhadora chinesa rumo à dignidade e à verdadeira justiça social.

Moção de repúdio ao Ministério do Trabalho

O 2º Congresso Nacional da CUT repudia a intervenção mantida pelo Ministério do Trabalho, há mais de dois anos, no Sindicato dos Trabalhadores de Hospital e Casas de Saúde do Rio Grande do Sul.

O Ministério do Trabalho prova que a propalada liberdade e autonomia sindical, tão decantadas pelo



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



ministro Almir Pazzianoto, só serão conquistadas com a luta dos trabalhadores.

O 2º Congresso se posiciona pela imediata suspensão da intervenção com a realização de eleições que possibilitarão à categoria dos trabalhadores da saúde escolher seus legítimos representantes.

Por Eleições Livres e Diretas Já!

Pela liberdade e autonomia sindical!

Pelo fim da intervenção no sindicato!

Moção: nota de solidariedade

Os trabalhadores brasileiros, reunidos no 2º Congresso Nacional da CUT, vêm prestar irrestrita solidariedade aos servidores das universidades brasileiras, engajados na luta pela libertação da classe trabalhadora.

Particularmente, se solidarizam com os funcionários da Universidade Federal de Uberlândia, Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), Universidade Federal de Viçosa que, pressionados, ameaçados de demissões, corte de ponto, avisos de advertência por participarem de atividades de organização da categoria, continuam na luta por melhores condições de vida e trabalho.

Pela liberdade de organização!

Pelo direito irrestrito de greve!

Moção de apoio aos trabalhadores de Santa Rita de Cássia, BA

Apoio à luta do pessoal de Santa Rita de Cássia, BA face ao grande poder dos grileiros, reprimindo os posseiros e trabalhadores em geral.

Moção de repúdio às intervenções nos sindicatos

Tendo em vista este momento privilegiado em que os trabalhadores se preparam para o enfrentamento com a burguesia, neste momento a

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Oposição Metalúrgica de Limeira-SP aproveita para denunciar a intervenção em seu sindicato.

A oposição disputou uma eleição em 1984 na qual venceu e não tomou posse até o momento. Por sua vez o Ministério do Trabalho interveio no sindicato, nomeando uma Junta Governativa, que lá permanece até o momento, com o apoio do Ministério, da Polícia do PMDB e de jagunços armados, que ameaçam os trabalhadores.

Por isso, este Concut repudia esta situação de intervenção e conclama os congressistas a se engajarem em ações práticas para acabar com todo tipo de intervenção existente no movimento sindical.

Moção de apoio à greve dos petroquímicos de Araucária, PR

O 2º Congresso Nacional da CUT expressa seu total apoio e solidariedade aos trabalhadores petroquímicos de Araucária, PR, que, lutando por melhores condições de segurança no trabalho, estão em greve desde o dia 25/7, mesmo depois da decretação, pelo TRT, da ilegalidade do movimento, o que caracteriza o pleno exercício do princípio de liberdade e autonomia sindical.

Moção de repúdio à direção da Companhia Riograndense de Telecomunicações e ao governo do estado do Rio Grande do Sul

Repúdio à direção da Companhia Riograndense de Telecomunicações e ao governo do estado do Rio Grande do Sul pela perseguição aos funcionários da CRT e pela demissão de Aldrovando Witter (delegado sindical de Santa Maria) e de Eduardo Ramalho, colocados na rua por terem participado junto com a categoria de uma mobilização que exigia o cumprimento do acordo salarial firmado antes do “pacote”.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



DADOS ESTATÍSTICOS DO CONGRESSO

QUADRO RESUMO POR ESTADO E VICE-PRESIDÊNCIAS

VICE-PRESIDÊNCIA NORTE

Estado	Número de entidades	Delegados	Trabalhadores representados
Acre	15	42	50.825
Amazonas	15	101	240.250
Amapá	3	16	10.000
Pará	71	465	1.060.105
Rondônia	16	81	169.840
Roraima	1	4	5.000
Total	121	709	1.536.020



VICE-PRESIDÊNCIA NORDESTE

Estado	Número de entidades	Delegados	Trabalhadores representados
Alagoas	20	81	180.720
Bahia	91	576	994.720
Ceará	46	222	558.620
Maranhão	31	132	448.110
Paraíba	41	162	218.280
Pernambuco	44	223	445.977
Piauí	17	71	123.321
R. Grande do Norte	27	98	101.892
Sergipe	6	33	40.700
Total	323	1.598	3.112.340

VICE-PRESIDÊNCIA CENTRO-OESTE

Estado	Número de entidades	Delegados	Trabalhadores representados
Goiás	41	199	267.397
Mato Grosso	10	43	64.410
M. Grosso do Sul	9	41	27.980
Distrito Federal	21	155	311.900
Total	81	438	671.687





VICE-PRESIDÊNCIA SUDESTE

Estado	Número de entidades	Delegados	Trabalhadores representados
São Paulo	104	776	2.328.432
Espírito Santo	29	192	350.013
Minas Gerais	111	536	1.380.134
Rio de Janeiro	83	543	1.624.655
Total	327	2.047	5.683.234

VICE-PRESIDÊNCIA SUL

Estado	Número de entidades	Delegados	Trabalhadores representados
Santa Catarina	46	190	244.008
Paraná	34	164	400.206
R.Grande do Sul	82	418	775.719
Total	162	772	1.419.933

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



SETORES ECONÔMICOS

Set. econômico	Entidades	%	Delegados	%	Trab. repres.	%
Rural	366	36,06	1.953	35,10	4.345.557	34,98
Indústria	182	17,93	1.201	21,59	3.029.384	24,38
Func. Público	114	11,24	616	11,07	979.650	7,89
Prof. Liberais	76	7,55	330	5,93	390.303	3,14
Serviços	276	27,22	1.464	26,31	3.678.320	29,61
Total	1.014	100	5.564	100	12.423.214	100

DELEGADOS DE BASE/DIRETORIA

Tipo	Número	%
Base	3.923	70,51
Diretoria	1.641	29,49
Total	5.564	100

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE